

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DESEMPREGO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO:  
COMPOSIÇÃO E DETERMINANTES

Helena Sbardellini Perrone  
No. de matr 9614776-4

Orientador: Gustavo Gonzaga

Junho de 1999

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DESEMPREGO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO:  
COMPOSIÇÃO E DETERMINANTES

Helena Sbardellini Perrone  
No. de matr 9614776-4

Orientador: Gustavo Gonzaga

Junho de 1999

“Declaro que o seguinte trabalho é de minha autoria e que não incorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

### **Agradecimentos**

- **A meu orientador, Prof. Gustavo Gonzaga, diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio.**
- **A Danielle Machado, da Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura do município do Rio de Janeiro, pelos dados sobre os aspectos sócio-econômicos das comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro; pelas indicações bibliográficas e pela revisão dos originais.**
- **A Maurício, mestrando em Economia da PUC-Rio, pelas sugestões sobre diversos aspectos da monografia, notadamente sobre o Modelo Logit.**

– *A meus pais*

– *Aos trabalhadores  
que sofrem com o desemprego.*

## ÍNDICE

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
I.1. MOTIVAÇÃO.....	7
I.2. OBJETIVO.....	10
I.3. METODOLOGIA.....	14
I.3.1. <i>Fonte de Dados</i> .....	14
I.3.2. <i>Dimensões e Categorias</i> .....	14
I.3.3. <i>Estudo Econométrico</i> .....	15
<b>II. AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>18</b>
<b>III. O DESEMPREGO NO BRASIL E NO MUNDO.....</b>	<b>24</b>
III.1. DESEMPREGO NO BRASIL.....	27
<b>IV. ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>33</b>
IV.1. ANÁLISE DESCRITIVA.....	34
IV.1.1. <i>Região e Gênero</i> .....	34
IV.1.2. <i>Faixa Etária</i> .....	40
IV.1.3. <i>Grau de Escolaridade</i> .....	46
IV.1.4. <i>Posição na Família</i> .....	51
IV.2. DISCUSSÃO E COMPARAÇÃO DOS DADOS.....	53
<b>V. PROBABILIDADE DE DESEMPREGO.....</b>	<b>60</b>
V.1. O MODELO LOGIT.....	60
V.2. AS VARIÁVEIS.....	62
V.3. RESULTADOS.....	64
<b>VI. CONCLUSÃO.....</b>	<b>69</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>76</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR GÊNERO.....	36
GRÁFICO 2: TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO GÊNERO E FAIXA ETÁRIA.....	41
GRÁFICO 3: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR FAIXA ETÁRIA.....	42
GRÁFICO 4: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEM CARTEIRA POR FAIXA ETÁRIA.....	43
GRÁFICO 5: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA ASSINADA POR FAIXA ETÁRIA.....	44
GRÁFICO 6: RENDIMENTO PER CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS DAS PESSOAS OCUPADAS POR FAIXA ETÁRIA...	46
GRÁFICO 7: TAXA DE DESEMPREGO POR GÊNERO E GRAU DE ESCOLARIDADE.....	47
GRÁFICO 8: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR GRAU DE ESCOLARIDADE.....	48
FIGURA 9: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEM CARTEIRA ASSINADA POR GRAU DE ESCOLARIDADE.	49
GRÁFICO 10: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA ASSINADA POR GRAU DE ESCOLARIDADE	50
FIGURA 11: RENDIMENTO PER CAPITA DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, POR GRAU DE ESCOLARIDADE.....	51
GRÁFICO 12: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA.....	52

## I. INTRODUÇÃO

### *I.1. Motivação*

Os estudos sobre desemprego podem ser organizados em três grupos. Em primeiro lugar, existem os estudos dedicados a desenvolver ou aprimorar o conceito de desemprego e especificar como esse conceito deve ser empiricamente operacionalizado. Outro grupo de estudos visa estudar o comportamento da taxa de desemprego agregada, avaliando seus determinantes ou identificando suas principais propriedades, ou ainda, procurando analisar como ela se relaciona com as demais variáveis macroeconômicas. Finalmente, existem os estudos que visam analisar a estrutura da taxa de desemprego. Dentre os três grupos, o último é o que menor atenção tem recebido no Brasil.

A escassez de estudos sobre a estrutura da taxa de desemprego no Brasil justifica-se, em parte, por acreditar-se que o principal problema do mercado de trabalho brasileiro não está em sua capacidade de gerar postos de trabalho e sim na baixa qualidade dos empregos criados. A conclusão é tirada a partir da coexistência de relativamente baixa taxa de desemprego e elevada taxa de informalização. Porém, a afirmativa de que o desemprego não se apresenta como questão crítica para o caso brasileiro está sujeita a uma série de qualificações.



Em primeiro lugar, uma baixa taxa de desemprego no agregado pode ser consistente com taxas de desemprego elevadas para determinados grupos da população. Ou seja, o desemprego como questão crítica pode estar restrito a determinados grupos demográficos.

Outro ponto é que baixas taxas de desemprego podem ser consistentes com desemprego de longa duração. Portanto, mesmo sendo a taxa de desemprego baixa para determinado grupo demográfico, o desemprego pode constituir problema grave para certos indivíduos do grupo.

O estoque de desemprego, quer medido pelo número de desempregados, quer medido pelos meses ou semanas de desemprego, é um passivo social que pode estar distribuído de forma equitativa ou extremamente desigual. A análise da estrutura do desemprego é fundamentalmente uma análise de como esse passivo social encontra-se distribuído, isto é, como o desemprego se distribui entre os diversos grupos sociais em que se pode distribuir a população economicamente ativa.

A análise da estrutura do desemprego permite uma visão mais detalhada da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade. O impacto do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade vai depender de como o desemprego está distribuído pela população. Mesmo sendo a taxa de desemprego baixa em determinada comunidade, é possível que o desemprego seja importante determinante da pobreza. Um caso possível é o desemprego estar concentrado em alguns poucos grupos, influenciando significativamente, portanto, o grau de pobreza da comunidade. Caso o desemprego se concentre nos grupos com menores chances de serem pobres (por exemplo, trabalhadores com maior nível educacional) ou entre trabalhadores cujo rendimento tem pequena participação na renda familiar (por exemplo, trabalhadores jovens), o impacto do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade

será muito menor que no caso do desemprego se concentrar entre trabalhadores com maiores riscos de serem pobres (por exemplo, trabalhadores com menor nível educacional) ou trabalhadores cujo rendimento tem grande participação na renda familiar (por exemplo, chefes de família).

A principal e mais imediata aplicação de uma análise da estrutura do desemprego é, portanto, a avaliação do impacto do desemprego sobre a pobreza e a desigualdade. O conhecimento da estrutura do desemprego, porém, é importante em diversas outras questões. Apontamos duas.

Em primeiro lugar, o conhecimento da estrutura do desemprego permite identificar fatores como nível educacional, qualificação profissional e experiência profissional e experiência no mercado de trabalho, que determinam o desemprego.

Em segundo lugar, com base no conhecimento da estrutura do desemprego é possível conhecer o perfil demográfico e por qualificação e localização geográfica dos desempregados. Esta informação é fundamental para o desenho de programas de geração de emprego que demandem prioritariamente o segmento da mão-de-obra que se encontra desempregada.

Assim, estudarmos especificamente a estrutura do desemprego em comunidades de baixa renda consiste em tarefa essencial para que possamos avaliar quanto da pobreza que marca essas comunidades é determinada pelo desemprego. Além disso, o conhecimento da estrutura do desemprego nas comunidades de baixa renda será de extrema importância como subsídio ao desenho de políticas de emprego e renda que foquem os problemas específicos dessas comunidades.

## **1.2. Objetivo**

Existe grande escassez de estudos da estrutura do desemprego no Brasil, seja em relação à sua incidência, seja em relação à sua duração. Trabalhos importantes são os de Bivar (1993), Barros (1997), Piccetti (1997). São trabalhos que tem como objeto de estudo regiões metropolitanas ou o país como um todo. É muito restrita a disponibilidade de dados para comunidades específicas.

Bivar (1993) tem como base dados da Pesquisa Metropolitana de Emprego do IBGE (PME). O objetivo do trabalho é estimar a duração média do desemprego e analisar os elementos que distinguem as experiências de homens e mulheres no mercado de trabalho. As taxas de desemprego são determinadas como resultado de probabilidades de transição entre três estados em que a população pode ser dividida: empregado, desempregado e inativo. As diferentes experiências entre homens e mulheres são refletidas nas probabilidades de transição e, conseqüentemente, em suas respectivas taxas de desemprego.

Barros (1997) tem como base também dados da PME e como objeto de estudo a região metropolitana de São Paulo. A análise considera a estrutura do desemprego por sexo, nível educacional, idade, posição no domicílio, setor de atividade e posição na educação. Estrutura do desemprego é entendido como os padrões de variação da incidência e da duração média do desemprego ao longo dessas diversas dimensões. O trabalho investiga também como variou a estrutura do desemprego ao longo do período de 1982 a 1993 e em que medida a estrutura para São Paulo difere da estrutura para as demais regiões metropolitanas brasileiras.

Piccetti (1997) tem como base dados da Pesquisa Nacional por Amostras a Domicílio (PNAD), do IBGE, para o ano de 1995. O universo de análise é restrito a

indivíduos de 10 anos ou mais de idade e residentes em áreas metropolitanas, com exceção de Brasília. O trabalho visa o entendimento das características que afetam a probabilidade de um determinado indivíduo se encontrar desempregado em um dado instante do tempo. Além do desemprego, procura-se investigar, também, como tais características afetam a probabilidade de inatividade dos indivíduos.

O objetivo do presente trabalho é estudar a estrutura do desemprego em favelas do município do Rio de Janeiro, com base nos dados da Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda, desenvolvida pela Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro. A pesquisa contém dados a respeito de 30 comunidades. O quadro abaixo contém o nome das comunidades, assim como o bairro onde se localiza cada uma delas.

<i>Comunidade</i>	<i>Bairro</i>	<i>Comunidade</i>	<i>Bairro</i>
Parque Royal	Ilha do Governador	Andaraí, Jamelão e Arrelia	Andaraí
Canal das Tachas	Recreio dos Bandeirantes	Morro do Sossego	Madureira
Parque Proletário Grotão	Penha	Buriti-Congonhas/ Faz Quem Quer	Madureira
Serrinha	Madureira	Salgueiro	Tijuca
Ladeira dos Funcionários/ Vila Clemente Ferreira	Portuária/Centro	Parque Vitória/Quinta do Caju	Caju
Caminho do Job	Pavuna	Pq. Boa Esperança	Campinho
Morro do Escondidinho	Rio Comprido	Morro da Formiga	Tijuca
Morro da Fé	Vila da Penha	Vidigal	Leblon
Vila Cândido e Vila Guararapes	Cosme Velho	Borel	Tijuca
Chácara Del Castilho	Del Castilho	Floresta da Barra da Tijuca	Barra da Tijuca
Mata Machado	Alto da Boa Vista	Bairro Nova Aliança	Bangu
Morro dos	Rio Comprido	Fazenda Mato Alto	Jacarepaguá

Prazeres			
Morro União	Coelho Neto	Morro dos Telégrafos	São Cristóvão
Três Pontes	Paciência	Tuiuti	São Cristóvão
Fernão Cardim	Pilares	Morro do Urubu	Pilares

Não trataremos aqui do problema da duração do desemprego e sim sua incidência nos diferentes grupos da população economicamente ativa. Pretendemos analisar a composição do desemprego nas comunidades de baixa renda, assim como as características que afetam a probabilidade de um determinado indivíduo se encontrar desempregado em dado instante do tempo. Por desempregado, entendemos um indivíduo que estava sem trabalho economicamente ativo na semana de referência da pesquisa e que procurou emprego no período de referência da pesquisa (conceito de desemprego aberto). As semanas e períodos de referência da pesquisa variam de uma comunidade para outra e estão explicitados na seção sobre metodologia.

No primeiro capítulo, com o intuito de melhor compreender o mercado de trabalho nas comunidades estudadas, abordamos a questão das favelas no Rio de Janeiro. Discorreremos brevemente sobre a história das favelas, apontando suas características básicas e os aspectos que as diferenciam de outros tipos de comunidades de baixa renda.

O capítulo II é dedicado à discussão do desemprego no Brasil e no mundo. Para o caso brasileiro, apresentamos resenha sobre o comportamento recente do mercado de trabalho, identificando fatores que influenciariam o emprego, a informalidade e a oferta e demanda por trabalho.

O segundo capítulo destina-se à análise descritiva do mercado de trabalho das favelas estudadas. Primeiramente, (seção II.1) fazemos uma análise descritiva das taxas de

desemprego, do grau de informalidade do mercado de trabalho e do rendimento familiar das comunidades em questão. O desemprego é estudado segundo estrutura da taxa e composição do desemprego. Entendemos aqui como estrutura da taxa, a análise desagregada da taxa de desemprego, com relação à cada um dos grupos pré-selecionados. Como composição do desemprego, entendemos a participação relativa de cada um dos grupos no estoque de desempregados. No que diz respeito ao grau de informalidade do mercado de trabalho, analisaremos a participação da população ocupada com carteira assinada e sem carteira assinada. A análise é feita de acordo com 5 categorias: região, gênero, faixa etária, grau de escolaridade e condição na família.

Na seção II.2, discutimos os resultados obtidos, comparando-os com os encontrados por BARROS *et alii* (1997), PICCHETTI e FERNANDES (1997), CORSEUILL *et alii* (1996) e URANI (1996).

Na terceira parte do trabalho (Capítulo III), identificamos econometricamente o peso de determinadas características sobre a probabilidade do trabalhador se encontrar, em certo instante do tempo, desempregado. As características selecionadas para serem aqui investigadas são: nível educacional, idade, sexo, posição no domicílio, região onde se localiza a favela onde mora o indivíduo.

Fianalmente, no último capítulo, de posse dos resultados encontrados nos capítulos II e III, apresentaremos nossas conclusões.

### ***1.3. Metodologia***

#### **1.3.1. Fonte de Dados**

Os dados utilizados no presente trabalho são os dados apresentados pela Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda, realizada pela Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro.

As estimativas referentes às características de domicílios e moradores foram obtidas através de uma pesquisa realizada por amostragem probabilística (em contraposição à pesquisa censitária).

a)

A coleta de informação, uma vez selecionado o domicílio, foi realizada através de pesquisa direta, por intermédio de entrevistadores. Apresentamos uma cópia do questionário utilizado no Apêndice.

#### **1.3.2. Dimensões e Categorias**

Um estudo sobre a estrutura do desemprego é essencialmente um estudo de como se distribui o desemprego entre os diversos grupos sociais em que se pode dividir a população economicamente ativa. Assim, é importante definirmos as dimensões que serão investigadas e que categorias da população serão utilizadas ao longo de cada uma destas dimensões.

Neste estudo, investigamos a incidência do desemprego ao longo de seis dimensões: sexo, nível educacional, idade, posição no domicílio e região (comunidade onde mora o trabalhador). As categorias utilizadas relativas a cada uma destas dimensões foram:

- a) Sexo (2): homem, mulher;
- b) Nível Educacional: variável medida pelo número de anos de estudo de cada trabalhador, assumindo valores entre 0 e 11 ou mais anos de estudo;
- c) Idade: consideramos pessoas com idade entre 10 e 65 anos ou mais;
- d) Posição no domicílio (4): chefe de família, cônjuge, filho e outros (incluindo outros parentes, agregados, empregados domésticos etc.);
- e) Região (31): comunidade onde reside o trabalhador.

### I.3.3. Estudo Econométrico

#### I.3.3.1. Variáveis Utilizadas

A variável de interesse para o estudo econométrico das características que influenciam a probabilidade de determinado indivíduo estar desempregado é a taxa de desemprego. Os indivíduos que compõe nosso universo foram divididos em três grupos: inativos, ocupados e desempregados.

Foram classificados como ocupados aqueles que trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por motivo de férias, licença etc.) na semana de referência da pesquisa. Como desempregados foram classificados os indivíduos que não tinham trabalho na semana de referência, mas que procuraram trabalho no período de referência. Os demais indivíduos foram classificados como inativos.



As características selecionadas para serem investigadas no estudo econométrico foram: sexo, idade, nível educacional, posição no domicílio e comunidade de residência.

A variável referente à sexo é importante devido às questões de discriminação econômica (segmentação do mercado de trabalho por gênero) mas também por possivelmente refletir diferenças na divisão familiar do trabalho.

A variável idade pode influenciar a prioridade que o indivíduo dá ao trabalho em relação ao estudo, uma vez que quanto mais jovem, maior o espaço de tempo em que poderá se beneficiar do investimento em capital humano.

O nível educacional do trabalhador pode influenciar sua capacidade de conseguir um emprego.

As variáveis de comunidade de residência foram incluídas com o objetivo de captar diferenças sócio-econômicas entre as comunidades estudadas.

A inclusão da variável condição no domicílio explica-se pela crença de que essa característica pode afetar as motivações individuais de entrada no mercado de trabalho, assim como a estratégia de pesquisa por um emprego.

### **1.3.3.2. O Modelo**

O procedimento utilizado para a investigação da taxa de desemprego será a estimação de um modelo *logit* para as probabilidade dos indivíduos com mais de 10 anos se encontrarem desempregados. Os regressores utilizados encontram-se listados abaixo:

**INSTRUC** = nível educacional do indivíduo (anos de estudo);

**INSTRUC2** = quadrado dos anos de estudo;

**IDADE** = idade do indivíduo;

**IDADE2** = quadrado da idade;

**MULHER** = variável *dummy*; igual a 1 se o indivíduo for do sexo masculino;

**FILHO** = variável *dummy*: igual a 1 se a posição do indivíduo no domicílio for a de filho;

**CONJUGE** = variável *dummy*: igual a 1 se a posição do indivíduo no domicílio for a de cônjuge;

**CHEFE** = variável *dummy*: igual a 1 se a posição do indivíduo no domicílio CHEFE;

**OUTROS** = variável *dummy*: igual a 1 se a posição do indivíduo no domicílio CHEFE;

**R<sub>j</sub>** = conjunto de oito variáveis *dummy*, iguais a 1 se o indivíduo residir em uma favela situada na respectiva área da cidade (área central, área suburbana, Zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste).

## II. AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

O conhecimento da história e das características básicas das favelas do Rio de Janeiro é essencial para melhor compreensão e análise do mercado de trabalho neste tipo de comunidade.

Cabe, em primeiro lugar, definir “favela”. Segundo o Boletim Oficial da Secretaria de Serviços Sociais do Brasil, uma favela é “um grupo de moradias com alta densidade de ocupação, construídas desordenadamente com materiais inadequados, sem zoneamento, sem serviços públicos e em terrenos usados ilegalmente, sem consentimento do proprietário”.<sup>1</sup> Existem, porém, favelas extremamente diferenciadas no que diz respeito às condições físicas de moradia, às condições de estrutura física de que dispõe e ao tamanho da área ocupada e da população.<sup>2</sup> É a ocupação ilegal da terra o que, na verdade, distingue a favela de muitas outras comunidades pobres que lhe são semelhantes<sup>3</sup>

A favela não é um fenômeno exclusivamente carioca, nem mesmo brasileiro. As nossas favelas são as *bandas de miséria* da Argentina, as *gececondu* da Turquia, as *biondevilles* da Argélia. Tratam-se de assentamentos subnormais no Terceiro Mundo que refletem o mesmo jogo de forças sociais. A moradia “padrão” é escassa em relação às necessidades e cara para

---

<sup>1</sup> in PERLMAN, 1977, p. 28.

<sup>2</sup> Ver IPPUR, 1996.

as populações de baixa renda. Assim, terrenos baldios dentro e fora do perímetro urbano se enchem de casebres para milhares de famílias migrantes. Na América Latina existem de 20 a 30 mil favelas, das quais cerca de 500 no Rio, onde se concentra o maior número de favelas do Brasil e, muito provavelmente, de toda América Latina.<sup>4</sup>

O primeiro registro referente a uma favela no Rio de Janeiro deu-se no recenseamento de 1920, que documentou uma aglomeração de 939 casas no Morro da Providência, organizada por veteranos da Guerra dos Canudos. A comunidade começou a se estabelecer neste local em fins do século XIX. O Morro da Providência se chamava originalmente Morro da Favela. Com o tempo, o termo “favela” se popularizou e passou a designar comunidades análogas àquela fundada pelos veteranos da guerra.<sup>5</sup>

As favelas constituem, historicamente, uma das mais graves questões sociais do município do Rio de Janeiro. Nas palavras de Zuenir Ventura: “durante este século, desde a reforma Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se, expulsando para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi uma *cidade partida*. Juntá-la talvez seja tarefa para o próximo século, mas será preciso começar já - até porque a política de exclusão foi um desastre. Não apenas moral e humanitário, mas também do ponto de vista da eficácia. O seu principal produto, o apartheid social, corre o risco de ter o destino que teve o apartheid racial em outros lugares.”<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Ver PERLMAN, *op cite*.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> VENTURA, 1994, p. 13.

Presentes há quase um século no cenário urbano, as favelas cresceram mais fortemente nos anos 50. A partir daí, consolidaram-se como uma das principais soluções habitacionais para a população de baixa renda, devido, principalmente, à proximidade com o mercado de trabalho. Nos anos 60, a taxa de crescimento da população favelada começa a cair. Podemos citar alguns fatores que contribuíram para a queda: políticas de remoções de massa (sobretudo nos anos 60, mas também na década de 70); esgotamento da possibilidade física de expansão das grandes favelas situadas nas áreas centrais da cidade e alto custo do aluguel e compra de imóveis em favelas bem localizada.<sup>7</sup>

Nos anos 80, verifica-se uma reversão no ritmo de crescimento da população favelada do Rio de Janeiro, que vinha em queda há mais de duas décadas. No período de 1980 a 1991, os moradores em favela cresceram à taxa de 2,6% ao ano, enquanto o crescimento demográfico do município não chegou à 1%. Em 1991, a população favelada equivalia a 17,5% da população total da capital. Lago<sup>8</sup> apresenta três fatores que contribuíram para a retomada do crescimento das favelas na década de 80. O primeiro fator, e talvez o de maior impacto, teria sido a “retração do padrão periférico de crescimento metropolitano caracterizado pela produção extensiva de lotes populares que, durante 30 anos, gerou oportunidades de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda.” A inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra teriam levado ao colapso a “produção descapitalizada de loteamentos na periferia do Rio de Janeiro.” O segundo fator seria o enorme crescimento do contingente de pessoas

---

<sup>7</sup> CAVALLIERI, *op cite*.

<sup>8</sup> Ver LAGO, 1997, p.10.

pobres.<sup>9</sup> Por último, “as transformações, a partir das eleições estaduais de 1982, no quadro político fluminense marcaram o início de um período de legitimação das favelas por parte do poder público, reduzindo as barreiras para as novas ocupações e expansão das já existentes.”<sup>10</sup>

As mais de 500 favelas da cidade, distribuem-se desigualmente pelo território municipal. Na Zona Norte está a maior parte dos favelados. Os subúrbios ao longo da via férrea (Méier, Ramos, Penha, Engenho Novo, Madureira etc.) abrigam cerca de 58% da população total das favelas. A maior favela isolada, porém, fica na Zona Sul, no bairro de São Conrado. É a favela da Rocinha, famosa por ser considerada a maior favela do mundo.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Em 1980, residiam na metrópole 2 milhões e 400 mil pessoas com renda familiar abaixo de 2 salários mínimos; em 1991, este número havia pulado para 3 milhões e 600 mil pessoas (cerca de 37% da população metropolitana que equivalem a um pouco mais de 1 milhão de famílias). Idem, p. 11.

<sup>10</sup> Idem, p.11.

<sup>11</sup> CAVALLIERI, *op cite*.

Como já foi dito anteriormente, o que distingue a favela de outras comunidades de baixa renda é a ocupação irregular. Outra característica definidora básica é “a inexistência total ou parcial de equipamentos urbanos básicos.”<sup>12</sup> No que diz respeito a outros aspectos, porém, como tempo de ocupação, condições de estabilidade, nível de organização ou presença ou não do tráfico de drogas e, conseqüentemente, nível de violência, as favelas são bastante diferenciadas entre si. Independente das diferenças, todas as favelas, indistintamente, são percebidas com desconforto pela população do entorno, que estigmatizam seus moradores, associando-os sempre à pobreza, maus hábitos, sujeira, ignorância, banditismo. Entretanto, pode-se perceber um continuum, no que tange a relação da favela com as comunidades que as circundam. Em um extremo, temos o caso de favelas mais antigas como a Serrinha, que apresenta maior aceitação do entorno e maior integração com o tecido urbano. A boa integração da Serrinha com o bairro onde está localizada está ligada também à forte tradição cultural da comunidade, que influenciou o próprio bairro de Madureira.<sup>13</sup> No outro extremo, há casos de ameaças concretas de expulsão, como em Canal das Tachas, localizada no Recreio do Bandeirantes, bairro nobre e valorizado, cujos moradores e associações ligados às camadas de renda mais altas, temendo a desvalorização de suas propriedades, já expressaram, em diversas ocasiões, vontade de remoção total da favela.<sup>14</sup>

Por meio deste breve estudo, podemos constatar que as favelas são singulares nos seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Reforça-se, portanto, a idéia de que a investigação

---

<sup>12</sup> idem, p. 31.

<sup>13</sup> A Serrinha, culturalmente, é conhecida pelas rodas de *jongô* (tradicional dança afro-brasileira, herança dos escravos africanos) e por ser o berço da Escola de Samba Império Serrano.

<sup>14</sup> IPPUR, *op cite*.

do funcionamento do mercado de trabalho dessas comunidades é de extrema relevância para melhor entendimento da questão do desemprego e de seus efeitos sociais na cidade do Rio de Janeiro.



### III. O DESEMPREGO NO BRASIL E NO MUNDO

A importância do desemprego relaciona-se aos enormes custos que acarreta para a sociedade. Existe, é claro, o custo de perda de produto devido ao menor número de pessoas empregadas produtivamente. Porém, os aspectos negativos do desemprego não param por aí. O desemprego pode ser importante determinante da pobreza e da desigualdade, dependendo da duração média do desemprego e dos grupos demográficos em que se concentra sua incidência. Além disso, o desemprego pode acarretar perdas de capital humano<sup>15</sup> e envolve também custos pessoais e psicológicos por parte dos trabalhadores desempregados e suas famílias. Esse custo é especialmente importante para trabalhadores desempregados por muito tempo e para aqueles cronicamente desempregados. Trabalhadores sem emprego por um longo período perdem tanto aptidão para o trabalho quanto auto-estima e sofrem de *stress*. Um estudo<sup>16</sup> conclui que um aumento de um ponto percentual na taxa de desemprego, mantido por 6 anos, é associado a 20 000 mortes cardiovasculares adicionais, 4000 admissões em hospitais psiquiátricos públicos, 3300 admissões em penitenciárias, 920 suicídios e 650 homicídios.

---

<sup>15</sup> A perda de capital humano se dá tanto do lado da empresa quanto do trabalhador. Se a empresa investe na qualificação do trabalhador, por exemplo, e o trabalhador deixa seu emprego, a empresa perde aquele investimento, uma vez que o investimento em capital humano é apropriado pelo trabalhador apenas. Para o caso dos trabalhadores, quanto mais tempo um indivíduo fica desempregado, maior as chances de seu conhecimento e qualificação profissional tornarem-se obsoletos (o capital humano do trabalhador desempregado deteriora-se com o tempo de desemprego).

Quanto à perda de produto devido ao desemprego, uma estimativa da magnitude do custo para a sociedade como um todo é dado pela lei de Okun: cada ponto percentual de desemprego cíclico está associado a uma perda de 2,5% do produto de equilíbrio<sup>17</sup>

O interesse pelo tema do desemprego na literatura teórica ressurgiu nos anos 80 - 50 anos após a publicação da “Teoria Geral” de Keynes - em resposta à volta do problema do desemprego persistente nos países da OECD, notadamente Europa.<sup>18</sup> No início dos anos 90, existiam, na Europa Ocidental, três vezes mais pessoas desempregadas do que nos anos 60. Os números para na Europa Oriental aumentam rapidamente e, apesar do mercado de trabalho norte-americano mostrar-se mais elástico, está claro que um aumento substancial na taxa natural de desemprego ocorreu.<sup>19</sup>

O desemprego global atingiu hoje seu mais alto nível desde a grande depressão dos anos 30. Apesar do crescimento econômico, o desemprego, tem sido, nas duas últimas décadas, um problema muito mais grave do que foi nos 50 anos anteriores. Mais de 800 milhões de seres humanos no mundo estão desempregados<sup>20</sup>. No caso específico dos países da OECD, o desemprego é hoje, em média, 142% maior do que foi no período anterior à década de 80<sup>21</sup>. Rifkin<sup>22</sup> prevê, inclusive, o “fim dos empregos” :“Redefinir oportunidades

---

<sup>16</sup> Ver ABEL & BERNANKE, 1994, P. 462.

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a perda de produto prevista pela lei de Okun reflete não apenas o impacto direto do aumento do desemprego, mas também outras mudanças que ocorrem no mercado de trabalho durante recessões, tais como diminuição das horas trabalhadas por semana, participação reduzida na força de trabalho e menor produtividade. Portanto, a estimativa da lei de Okun para a magnitude do custo do desemprego sobre o produto é provavelmente viesada para cima. Entretanto, uma perda de produto de um quarto daquela prevista pela lei de Okun ainda representaria um custo significativo, particularmente se recaísse principalmente sobre os relativamente mais pobres da sociedade. (idem, p. 460).

<sup>18</sup> Ver AMADEO & ESTEVÃO, 1994.

<sup>19</sup> Ver LAYARD *et alii*, 1991.

<sup>20</sup> Ver RIFKIN, 1995.

<sup>21</sup> Ver TOPEL & MURPHY, 1991.

<sup>22</sup> Ver RIFKIN, *op cite*.

e responsabilidades para milhões de pessoas numa sociedade, sem o emprego de massa formal, deverá ser a questão social mais premente do próximo século”.

O aumento do desemprego na Europa tem sido associado a um aumento massivo no desemprego de longa duração. Na maioria dos países europeus, a proporção de trabalhadores entrando no desemprego é bastante pequena (muito menor que nos EUA, por exemplo) e tem crescido pouco. O problema é a duração do desemprego: quase metade dos desempregados europeus estão hoje sem trabalho há mais de um ano.<sup>23</sup>

A taxa de desemprego varia consideravelmente entre ocupações e regiões, assim como por idade, raça e, em alguns casos, sexo. As diferenças nas taxas de desemprego entre esses grupos são, porém, razoavelmente estáveis ao longo do tempo. Em boa parte dos países, trabalhadores desqualificados apresentam taxas de desemprego substancialmente maiores que as dos trabalhadores qualificados<sup>24</sup>. O desemprego entre jovens também é muito maior que o desemprego entre adultos porque os jovens tem maiores probabilidades de ficarem desempregados (porém, são os adultos os que mais sofrem com o desemprego de longa duração). O problema do desemprego juvenil se acentuou nos anos 80 devido ao aumento do número de jovens, reflexo do *baby boom* de fins dos anos 50 e dos anos 60. Quanto ao desemprego por sexo, a diferença entre as taxas de homens e mulheres são pequenas na maior parte dos países<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Ver LAYARD, *op cite*.

<sup>24</sup> Para o município do Rio de Janeiro, assim como para as comunidades de baixa renda aqui estudadas, a taxa de desemprego dos menos qualificados é menor do que a dos mais qualificados, como veremos no próximo capítulo. Na verdade, a relação entre desemprego e qualificação (medida por anos de estudo) apresenta a forma de “U” invertido, com o desemprego se concentrando entre os medianamente educados.

<sup>25</sup> Ver LAYARD *et alii*, *op cite*.

### **III.1. Desemprego no Brasil**

O problema do desemprego surgiu para os países não desenvolvidos nos anos 60, cerca de um quarto de século depois que parecia ter encontrado sua solução nos países desenvolvidos, com o advento da Revolução Keynesiana, após a grande depressão da década de 30<sup>26</sup>.

No caso do Brasil, só é possível uma análise quantitativa consistente do desemprego a partir do início dos anos 80, quando começam a existir medidas regulares da população ocupada e desocupada do país. A taxa de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas brasileiras variaram, entre os anos de 1982 e 1997, dentro do intervalo de 3% a 9% da PEA<sup>27</sup> (População Economicamente Ativa), chegando a níveis próximos de 9% apenas no auge da recessão de 1981 e 1983 e no segundo trimestre de 1992, auge da crise Collor.<sup>28</sup>

Apesar das taxas de desemprego aberta das seis principais regiões metropolitanas do país virem se mantendo em níveis relativamente baixos para os padrões internacionais - em países europeus, por exemplo, a taxa de desemprego aberto é, em média, acima de 10% - alguns fatores justificam a preocupação com essa questão, por parte de economistas e da sociedade como um todo. Em primeiro lugar, houve, independente da metodologia de mensuração, uma acentuada tendência de elevação nas taxas de desemprego das regiões metropolitanas a partir de 1995. Em segundo lugar, a capacidade de absorção de mão-de-

---

<sup>26</sup> A Grande Depressão dos anos 30 caracterizou-se sobretudo pelo desemprego de massa. A extensão e longa duração do fenômeno acarretaram mudanças profundas, tanto ideológicas quanto políticas. O principal resultado da depressão para a ciência econômica foi a revolução Keynesiana, que introduziu a idéia de desemprego involuntário. Até então, a ciência econômica clássica via o desemprego apenas como desemprego voluntário. SINGER, 1979.

<sup>27</sup> Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que seguem a metodologia da Organização Internacional do Trabalho de mensuração da desemprego aberto, comparável internacionalmente.

obra pelo setor industrial, historicamente um grande empregador, vem diminuindo consideravelmente. A retração do emprego industrial é habitualmente explicada pelas transformações estruturais ocorridas na economia nacional, a partir do processo de abertura comercial, que incentiva ajustes no padrão das relações de trabalho na empresa, no sentido de diminuição dos custos e aumento da produtividade para elevar sua competitividade no cenário internacional.

Outra fonte legítima de preocupação quanto ao mercado de trabalho brasileiro refere-se ao fato de uma relativamente baixa taxa de desemprego aberto coexistir com elevada informalidade: menos de 50 % da força de trabalho ocupada possui contrato formal de trabalho<sup>29</sup>.

As explicações mais comuns, na literatura, para o crescimento do setor informal do mercado de trabalho brasileiro referem-se à Constituição de 1988 e ao processo de abertura comercial a partir do início da década de 90.

Em 5 de outubro de 1988, passa a vigorar a nova Constituição. Vários autores defendem que as alterações introduzidas pela Constituição de 88, no que se refere aos direitos trabalhistas, desestimulariam a contratação de empregados por tempo indeterminado e incentivariam a informalidade.<sup>30</sup>

As mudanças estruturais implementadas no Brasil no início dos anos 90, especificamente o processo de abertura comercial, impulsionaram o processo de

---

<sup>28</sup> Ver CORSEUILL, *et alii*, 1996; CAMARGO, 1996.

<sup>29</sup> Ver RAMOS & REIS, 1997.

<sup>30</sup> Na verdade, o desenho institucional do mercado de trabalho brasileiro como um todo incentivaria a informalidade CAMARGO (1996). Na verdade, a Constituição de 1988 introduziu pequenas mudanças no que diz respeito às leis trabalhistas. Porém, argumenta-se que o fato de agora tais direitos serem garantidos constitucionalmente reforçaria o incentivo à informalidade. Ver, por exemplo, PASTORE (1994).

reestruturação produtiva, que, aparentemente, teve impacto negativo sobre o emprego industrial e com carteira assinada.

Na realidade, a queda do emprego na indústria (setor que mais emprega com carteira de trabalho assinada) se deu em parte devido ao comportamento da produtividade e, em parte, devido à eliminação ou diminuição de elos na cadeia produtiva (substituição de insumos domésticos por insumos importados). Portanto, a queda do emprego formal no início dos anos 90 é resultado da combinação de dois efeitos: crescimento da produtividade e eliminação de postos de trabalho devido à substituição de insumos domésticos. Amadeo e Soares (1995) observam que, no período de janeiro de 1984 a janeiro de 1987 (pré-Cruzado e Cruzado), oscilações no emprego formal estão intimamente ligadas ao comportamento do nível de atividade. No período de janeiro de 1992 a janeiro de 1995, por sua vez, os movimentos do nível de emprego e do nível de atividade parecem estar muito pouco ou nada associados.

A queda da participação da indústria e do emprego com carteira de trabalho assinada na ocupação total teve como contrapartida principal um aumento da participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria e não um aumento significativo da taxa de desemprego aberto.

De acordo com Gonzaga (1995), a estabilização da economia a partir do Plano Real trabalharia no sentido contrário ao da nova Constituição e da abertura comercial, pois a redução da incerteza contribuiria para aumentar o número de relações formais no mercado de trabalho. Um componente fundamental na determinação do emprego formal é o efeito da incerteza derivada de períodos de alta inflação sobre a escolha do grau de informalização da

mão-de-obra contratada. Uma redução brusca na taxa de inflação teria um impacto positivo sobre o nível de emprego formal ao reduzir a incerteza relacionada ao alto grau de dispersão de preços relativos e flutuações de rendas reais que caracterizam os períodos de alta inflação. O argumento é ainda mais específico: quando a queda da taxa de inflação resultante de um plano de estabilização é forte e consistente o suficiente para anular expectativas de possíveis acelerações inflacionárias (e, portanto, representar de fato uma redução da incerteza inflacionária desta forma definida), as empresas deveriam, *ceteris paribus*, aumentar a proporção de seus trabalhadores formais, ou seja, contratariam mais trabalhadores com carteira assinada. O aumento da participação dos trabalhadores informais após o Plano Real, porém, parece indicar que os efeitos gerados pela Constituição de 88 e a liberalização comercial, que vão no sentido contrário ao suposto efeito da estabilização, têm sido mais fortes no período recente.

O que vemos, portanto, é uma retração do emprego industrial, tradicionalmente o maior responsável por gerar empregos de qualidade, concomitante a um aumento da participação do emprego informal, tido como de pior qualidade. Isto é, a preocupação com a questão do emprego não deve se restringir aos aspectos quantitativos mas concentra-se, principalmente, em aspectos qualitativos. Na literatura especializada, sobre a questão do mercado de trabalho brasileiro, ressalta-se que o grave problema a ser enfrentado não é o da geração de empregos, mas sim o da má qualidade dos empregos gerados.<sup>31</sup>

O fato da taxa de desemprego ter se mantido relativamente baixa não significa, entretanto, que o desemprego aberto não tenha implicações importantes sobre o bem-estar.

---

<sup>31</sup> ver, por exemplo, CAMARGO (1996), RAMOS & REIS, *op cite*.

Na realidade, estudos mostram que a taxa de desemprego, nos anos em que atingiu patamares medianos, incidiu principalmente sobre os mais pobres<sup>32</sup>.

Outras importantes mudanças estão ocorrendo no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, no que se refere à composição dos trabalhadores empregados e desempregados. As mudanças do perfil da PEA refletem mudanças tanto na demanda quanto na oferta de trabalho. Do lado da demanda por trabalho, estas mudanças são, ao menos em parte, reflexos das variações no padrão do comportamento concorrencial e de relações de trabalho das empresas, frente ao ajuste estrutural necessário para enfrentar o novo cenário macroeconômico de abertura comercial.<sup>33</sup>

Do lado da oferta de trabalho, a PEA está cada vez mais educada. A participação de trabalhadores com maiores graus de escolaridade está indubitavelmente aumentando<sup>34</sup>. No que diz respeito à idade, houve aumento da participação dos mais velhos. A participação dos indivíduos de 30 anos ou mais de idade no desemprego total também aumentou. Quanto ao gênero dos trabalhadores, o aumento observado na participação feminina e as altas taxas de desemprego feminino registrados não foi suficiente para contrabalançar a tradicional participação majoritária dos homens no desemprego. Puderam ser observados nos anos recentes, sintomas de agravamento do desemprego como problema social na medida em que aumentaram as participações de chefes e cônjuges no desemprego total<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Ver CORSEUILL *et alii*, *op cit*

<sup>33</sup> ver MONTAGNER & BRANDÃO, 1995.

<sup>34</sup> Ver AMADEO & PERO, 1996.

<sup>35</sup> Ver CORSEUILL *et alii*, *op cite*.





#### IV. ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÃO DOS DADOS

No presente capítulo, apresentaremos primeiramente (seção II.1) uma análise descritiva das taxas de desemprego, do grau de informalidade do mercado de trabalho e do rendimento familiar das comunidades em questão.

O desemprego será estudado segundo estrutura da taxa e composição do desemprego. Entendemos aqui como estrutura da taxa, a análise desagregada da taxa de desemprego, com relação à cada um dos grupos pré-selecionados. Como composição do desemprego, entendemos a participação relativa de cada um dos grupos no estoque de desempregados.

No que diz respeito ao grau de informalidade do mercado de trabalho, analisaremos a participação da população ocupada com carteira assinada e sem carteira assinada, não nos detendo na análise da participação dos empregadores ou dos trabalhadores por conta própria.<sup>36</sup>

Faremos a análise de acordo com 5 categorias: região, gênero, faixa etária, grau de escolaridade e condição na família.

---

<sup>36</sup> A população ocupada é aqui dividida, segundo posição na ocupação, entre empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, empregadores e conta-própria. Olharemos, porém, apenas para os números relativos à participação dos empregados (com carteira ou sem carteira), uma vez que estamos interessados apenas no estudo da informalidade do *mercado de trabalho* das comunidades em questão (o estudo dos trabalhadores por conta própria enquadra-se na análise do mercado de produto).

Na seção II.2, discutiremos os resultados aqui obtidos, comparando-os com os encontrados por BARROS *et alii* (1997), PICCHETTI e FERNANDES (1997), CORSEUILL *et alii* (1996) e URANI (1996).

#### **IV.1. Análise Descritiva**

##### IV.1.1.Região e Gênero

A Tabela 1 apresenta as taxas de desemprego total, separadas por gênero, para cada uma das comunidades. Os dados mostram que, em média, a taxa de desemprego masculina é maior que a feminina (13,45% e 12,20%, respectivamente). Ladeira do Funcionários é a comunidade com maiores taxas de desemprego total (18,79%) e feminina (23,33%). A maior incidência de desemprego masculino acontece em Serrinha (19,68%). O Borel é a comunidade com menores taxas de desemprego tanto total (4,66%) quanto masculina (5,65%) e feminina (3,15%).

O Gráfico 1 mostra a composição do desemprego por gênero. A participação masculina no desemprego do conjunto das comunidades é significativamente maior que a feminina (61,88% e 38,12%, respectivamente).

Na Tabela 2 observamos a proporção dos desempregados por classe de renda domiciliar, tomando-se todas as comunidades.

A maior concentração de desempregados está na classe “sem rendimento” (20,42%), seguida da classe de 2 a 3 salários mínimos (20,04%). A menor incidência do desemprego se encontra nos domicílios com renda de 3 a 5 salários mínimos.

A Tabela 3 contém os dados relativos ao grau de informalidade do mercado de trabalho de cada uma das comunidades. A proporção média de trabalhadores sem carteira assinada é

de 28,24. A proporção média de mulheres sem carteira (31,85%) é maior que a dos homens (25,75%). Canal das Tachas é a comunidade que apresenta a maior proporção de

**TABELA 1**  
**Taxa de Desemprego Gênero e Região**

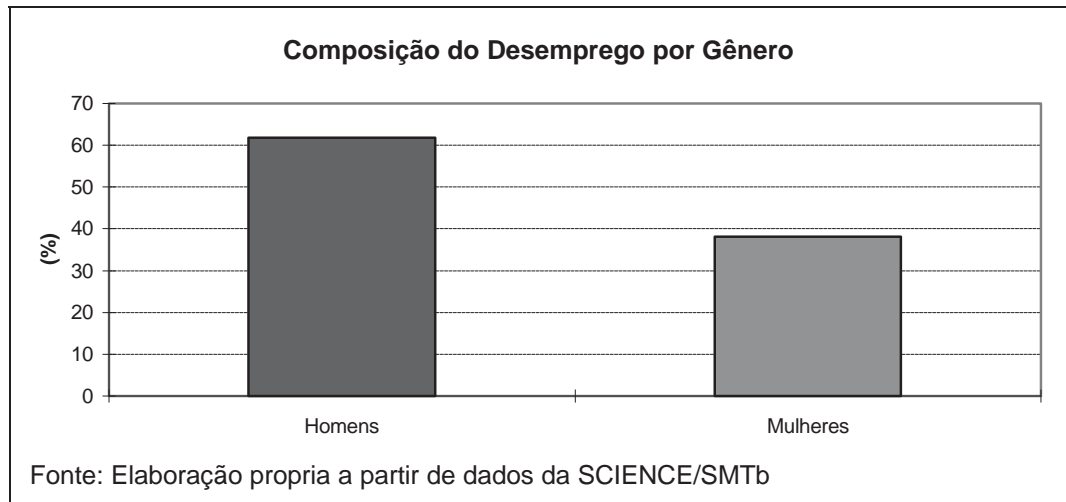
<i>Comunidade</i>	<i>Desemprego (%)</i>		
	Total	Masculino	Feminino
Ladeira dos Funcionários	18,79	15,73	23,33
Caminho de Job	13,64	13,43	13,95
Morro da Fé	17,76	17,94	17,48
Del Castilho	15,69	15,77	15,57
Morro União	15,61	14,80	16,92
Fernão Cardin	14,17	13,51	15,09
Grotão	15,48	17,04	12,78
Serrinha	16,67	19,68	12,12
Escondidinho	12,35	14,41	8,92
Vila Cândido	16,64	17,12	16,05
Mata Machado	14,49	14,52	14,44
Morro dos Prazeres	14,41	13,85	15,34
Três Pontes	17,18	17,87	15,67
Canal das Tachas	11,38	10,39	12,96
Andaraí	13,35	14,03	12,41
Telégrafos	16,13	15,83	16,55
Vidigal	11,41	11,86	10,77
Morro do Sossego	16,46	16,75	16,08
Floresta da Barra da Tijuca	10,37	12,16	7,04
Parque Candelária	15,10	14,56	15,79
Buriti Congonhas	16,48	18,25	13,89
Tuiuti	14,29	14,41	14,13
Mato Alto	7,92	8,94	6,42
Borel	4,66	5,65	3,15
Salgueiro	13,01	13,62	12,34
Formiga	8,94	10,64	6,89
Nova Aliança	9,09	9,27	8,80

Parque Boa Esperança	7,78	9,69	4,56
Morro do Urubu	10,13	10,76	9,30
Parque Royal	17,97	17,06	19,55
<i>Taxa Média</i>	12,94	13,45	12,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb - Pesquisa Sócio Econômica das Comunidades de Baixa Renda

trabalhadores empregados sem carteira assinada, seja para o total ou para os homens (42,53% 38,96%, respectivamente). Serrinha é a comunidade com maior proporção da população feminina empregada sem carteira (48,95%). Parque Boa Esperança apresenta as menores proporções de sem carteira total (18,55%) e masculina (15,98%). A menor proporção de mulheres ocupadas sem carteira é a do Vidigal (22,38%).

### Gráfico 1: Composição do Desemprego por Gênero



**Tabela 2**  
Proporção dos Desempregados por Classe de Renda domiciliar (%)

sem rendimento	20,42
ate 1 sm	8,84
mais de 1 a 2 sm	18,27
mais de 2 a 3 sm	13,23
mais de 3 a 5 sm	20,04
mais de 5 sm	19,19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb

**Tabela 3**  
Proporção da População Ocupada Com Carteira e Sem Carteira Assinada (%)

	<i>Total</i>		<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>	
	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>
Ladeira dos Funcionários	61,02	22,88	60,81	21,62	61,36	25,00
Caminho de Job	48,91	31,52	50,00	30,36	47,22	33,33
Morro da Fé	42,42	34,36	46,86	30,19	35,47	40,89
Del Castilho	62,36	21,01	65,90	17,24	57,65	26,02
Morro União	53,50	30,42	57,70	25,77	46,51	38,14
Fernão Cardin	53,33	26,67	53,23	27,42	53,49	25,58
Grotão	52,67	28,64	57,36	24,81	44,81	35,06
Serrinha	47,51	40,76	51,52	34,85	41,96	48,95
Escondidinho	55,08	29,67	54,00	31,00	56,77	27,60
Vila Cândido	59,59	24,60	57,26	23,24	62,38	26,24

Mata Machado	50,42	31,55	51,23	29,56	49,34	34,21
Morro dos Prazeres	57,32	32,75	63,92	24,71	45,95	46,62
Três Pontes	45,36	26,79	50,78	24,48	33,52	31,82
Canal das Tachas	36,36	42,53	35,06	38,96	38,53	48,48
Andaraí	58,83	24,13	60,82	22,29	56,14	26,61
Telégrafos	53,57	27,63	54,98	27,01	51,58	28,51
Vidigal	58,75	23,14	59,59	23,67	57,56	22,38
Morro do Sossego	52,34	28,76	57,59	22,92	44,98	36,95
Floresta da Barra da Tijuca	47,64	34,65	48,92	32,92	45,36	37,70
Parque Candelária	52,15	30,22	55,06	30,65	48,28	29,66
Buriti Congonhas	47,51	34,82	49,56	31,96	44,63	38,84
Tuiuti	55,36	27,29	55,28	27,82	55,46	26,64
Mato Alto	49,10	31,02	54,85	24,74	40,81	40,07
Borel	61,84	24,24	65,82	19,71	55,97	30,91
Salgueiro	52,39	30,14	55,00	24,09	49,49	36,87
Formiga	57,19	29,49	60,78	25,77	53,05	33,76
Nova Aliança	45,19	29,90	48,61	31,11	39,64	27,93
Parque Boa Esperança	62,63	18,55	66,95	15,98	55,52	22,78
Morro do Urubu	54,44	26,09	58,50	22,88	48,88	30,49
Royal	40,66	31,95	45,51	28,85	31,76	37,65
<i>Total</i>	53,42	28,48	56,14	25,86	49,42	31,03

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb

Na Tabela 4, observamos o rendimento per capita, em salários mínimos de dezembro de 1998 (R\$ 130,00), das pessoas ocupadas. O rendimento médio, tomando-se o conjunto das favelas, total é de 2,44 salários mínimos. O rendimento médio das mulheres é de 1,92 salários mínimos, significativamente menor que dos homens, de 2,79 salários mínimos. Em todas as comunidades, o rendimento per capita dos homens ocupados é maior que das mulheres. Canal das Tachas apresenta o maior rendimento per capita total

(3,00 S. M.) e masculino (3,54 S.M.). A maior renda per capita feminina é observada na Floresta da Barra da Tijuca (2,15 S.M.). O menor rendimento per capita total e feminino é o de Buriti Congonhas (2,04 S.M. e 1,58 S.M., respectivamente). No caso dos homens, o menor rendimento per capita é o de Del Castilho (2,34 S.M.). É notável que o ponto máximo a que chega o rendimento per capita das mulheres é menor que o ponto de mínimo do rendimento per capita masculino, explicitando o diferencial de salário entre os sexos.

**Tabela 4**  
**Rendimento per Capita em Salários Mínimos das Pessoas Ocupadas**  
**(S.M.<sub>dez,1998</sub> = R\$130)**

	Total	Masculino	Feminino
Ladeira dos Funcionários	2,19	2,42	1,80
Caminho do Job	2,31	2,56	1,92
Morro da Fé	2,21	2,55	1,68
Del Castilho	2,18	2,34	1,99
Morro União	2,46	2,78	1,93
Fernão Cardin	2,33	2,74	1,74
Grotão	2,31	2,65	1,74
Serrinha	2,45	2,94	1,77
Escondidinho	2,43	2,70	2,01
Vila Cândido	2,27	2,62	1,86
Mata Machado	2,71	3,22	2,02
Morro dos Prazeres	2,34	2,55	1,96
Três Pontes	2,50	2,82	1,82
Canal das Tachas	3,00	3,54	2,10
Andaraí	2,61	3,04	2,03
Telégrafos	2,45	2,81	1,95
Vidigal	2,62	2,95	2,15
Morro do Sossego	2,31	2,69	1,81
Floresta da Barra da Tijuca	2,65	2,93	2,15
Parque Candelária	2,45	2,82	1,97
Buriti Congonhas	2,04	2,36	1,58
Tuiuti	2,31	2,72	1,80
Mato Alto	2,48	2,91	1,87
Borel	2,43	2,72	2,02
Salgueiro	2,14	2,55	1,70
Formiga	2,32	2,64	1,94
Nova Aliança	2,41	2,76	1,85
Parque Boa Esperança	2,47	2,85	1,85
Morro do Urubu	2,40	2,78	1,90
Royal	2,39	2,74	1,78



<i>Média</i>	2,44	2,79	1,92
--------------	------	------	------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

#### IV.1.2.Faixa Etária

As taxas de desemprego segundo gênero e faixa etária são apresentadas na Tabela 5. A taxa de desemprego dos homens é mais alta que das mulheres para praticamente todas as faixas etárias analisadas. Exceções ocorrem entre as idades de 10 a 24 anos. A maior incidência de desemprego - total, masculino e feminino - ocorre entre pessoas de 18 a 24 anos de idade (20,96%, 19,99% e 22,49%, respectivamente). O grupo etário que apresenta menor taxa de desemprego total e masculino é o de 65 anos de idade ou mais (3,29% e 3,40%, respectivamente). No caso do desemprego feminino, a menor taxa refere-se às mulheres de 60 a 64 anos de idade (1,69%).

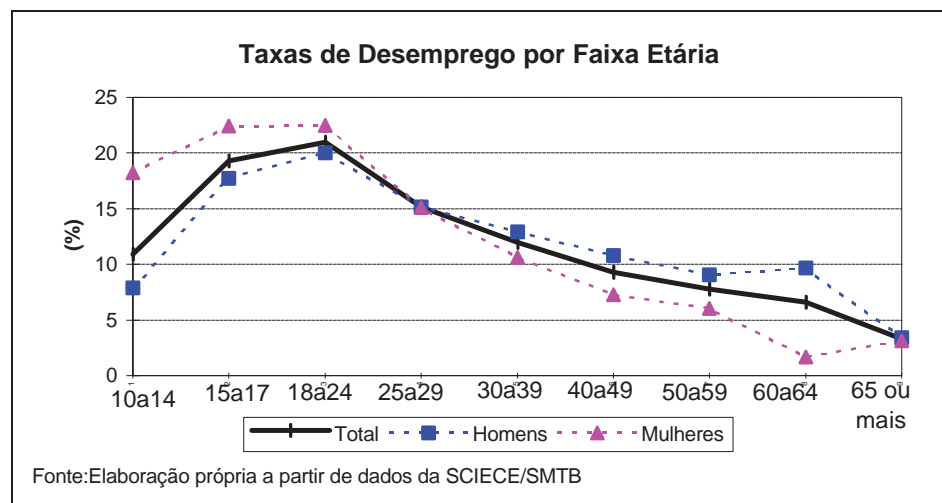
Analisando o Gráfico 2, podemos perceber que a taxa de desemprego é crescente em relação a idade até a faixa etária de 18 a 24 anos. Desse ponto em diante, a relação entre a incidência do desemprego e a idade é negativa, excetuando-se o intervalo de 60 a 64 anos a ou mais de idade, para o caso específico das mulheres.

O Gráfico 3 apresenta a composição do desemprego por faixa etária. O grupo de 18 a 24 anos de idade é o com maior participação no desemprego total, masculino e feminino (33,27%, 31,47% e 36,19%, respectivamente). Com relação ao desemprego total e masculino, o grupo etário com menor participação é o de 65 anos de idade ou mais (ambos 0,32%). Com relação ao desemprego feminino, por outro lado, as mulheres entre 60 e 64 anos são as com menor participação (0,26%).

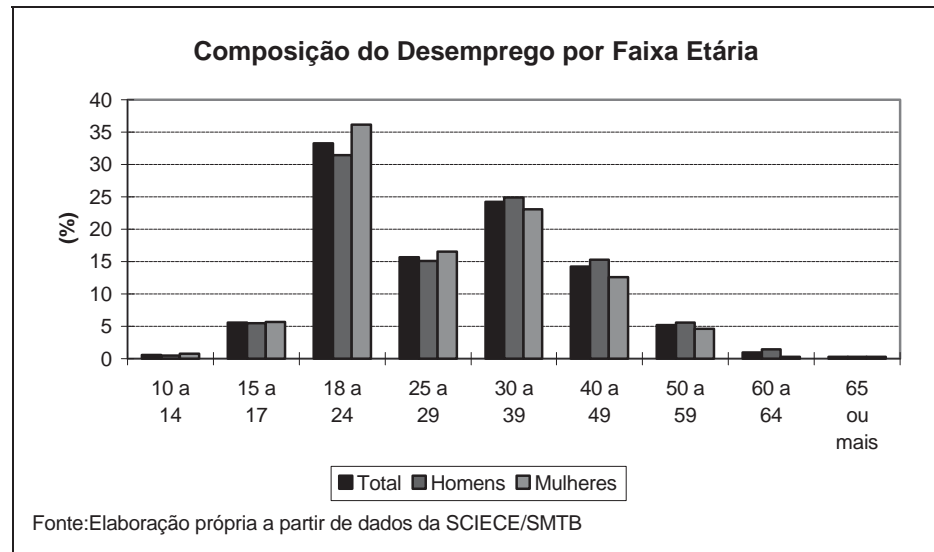
**Tabela 5**  
**Taxa de Desemprego segundo Gênero e**  
**Faixa Etária**

<i>Idade</i>	<i>Desemprego (%)</i>		
	Total	Masculino	Feminino
10 a 14	10,93	7,89	18,25
15 a 17	19,28	17,70	22,42
18 a 24	20,96	19,99	22,49
25 a 29	15,13	15,17	15,08
30 a 39	11,97	12,91	10,62
40 a 49	9,30	10,81	7,30
50 a 59	7,76	9,07	6,04
60 a 64	6,58	9,70	1,69
65 ou mais	3,29	3,40	3,13
Total	12,94	13,45	12,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb



**Gráfico 2: Taxa de Desemprego segundo Gênero e Faixa Etária**



**Gráfico 3: Composição do Desemprego por Faixa Etária**

Quanto ao grau de informalidade do mercado de trabalho, a Tabela 6 apresenta os dados relativos à proporção das pessoas ocupadas com carteira e sem carteira assinada, por gênero e faixa etária.

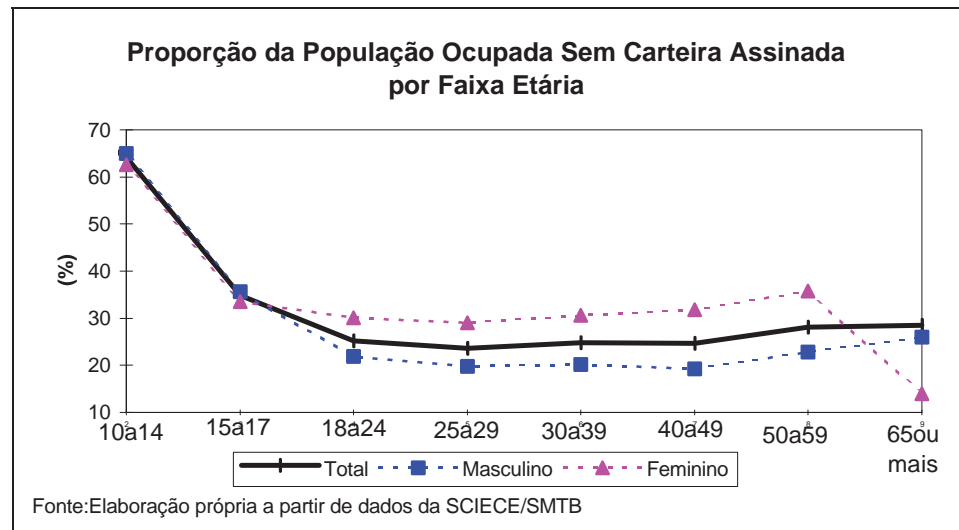
**Tabela 6**  
**Proporção da População Ocupada Com Carteira e Sem Carteira Assinada (%)**

	<i>Total</i>		<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>	
	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>
Total	53,42	28,36	56,14	25,86	49,42	32,03
10 a 14	5,71	78,53	5,49	76,56	6,32	84,21
15 a 17	30,67	64,24	28,10	65,04	36,16	62,54
18 a 24	58,15	34,86	57,04	35,63	59,99	33,56
25 a 29	61,15	25,13	63,81	21,84	57,10	30,14
30 a 39	57,57	23,63	62,55	19,79	50,53	29,07
40 a 49	50,89	24,75	54,41	20,24	46,28	30,63
50 a 59	46,05	24,63	51,11	19,26	39,29	31,81
60 a 64	36,89	28,16	43,63	22,79	27,25	35,84
65 ou mais	23,75	28,48	30,35	25,98	6,00	14,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

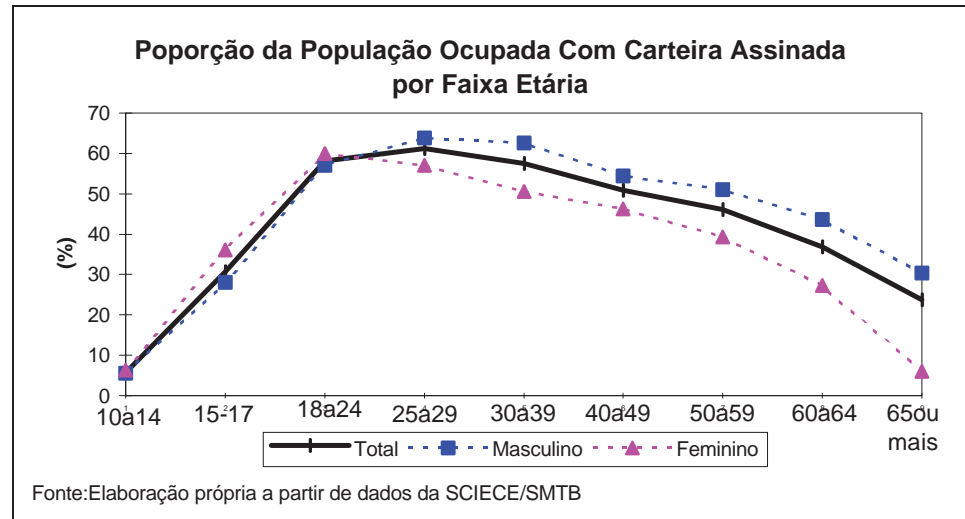
A maior incidência de pessoas sem carteira assinada ocorre na faixa etária de 10 a 14 anos (78,35%). O mesmo acontece para o caso de homens (76,56%) e mulheres (84,21%). A menor taxa de informalidade total ocorre entre pessoas de 30 a 39 anos (23,63%), seguido das pessoas de 50 a 59 anos (24,63%). No caso dos homens, o grupo etário com menor proporção sem carteira é o de 50 a 59 anos (19,26%), seguido proximamente pelo grupo de 30 a 39 anos (19,79%). No caso das mulheres, a menor proporção de sem carteira ocorre entre trabalhadoras de 30 a 39 anos de idade (29,07%), seguido daquelas de 25 a 29 anos de idade (30,14%).

A relação entre proporção da população ocupada sem carteira e idade pode ser observada no Gráfico 4. A proporção de trabalhadores sem carteira declina com a idade do trabalhador. Até a faixa etária de 18 a 24 anos, a proporção das mulheres sem carteira é menor que a dos homens. A partir desse ponto, porém, a proporção de homens informalmente ocupados é sistematicamente menor que a das mulheres.



**Gráfico 4: Proporção da População Ocupada Sem Carteira por Faixa Etária**

O Gráfico 5 apresenta a relação entre população ocupada com carteira assinada, separada por gênero, e faixa etária.



**Gráfico 5: Proporção da População Ocupada Com Carteira Assinada por Faixa Etária**

A relação entre trabalhadores ocupados com carteira e faixa etária apresenta uma forma de “U” invertido, com a maior proporção de trabalhadores formalmente empregados ocorrendo nas faixas de idade médias (18 a 49 anos). Até a faixa de 18 a 24 anos, a proporção de mulheres empregadas com carteira assinada é maior que de homens. A partir desse ponto, porém, a proporção de homens com vínculo empregatício formal é sistematicamente maior.

A Tabela 7 contém os dados relativos ao rendimento per capita, em salários mínimos (valor de dezembro de 1998, R\$ 130,00), por faixa etária. O rendimento médio das pessoas de 40 a 49 anos é o maior, seja para o total (2,81 S.M.), mulheres (2,13 S.M.) ou homens (3,34 S.M.). A faixa etária com menor rendimento per capita é a dos trabalhadores de 10 a

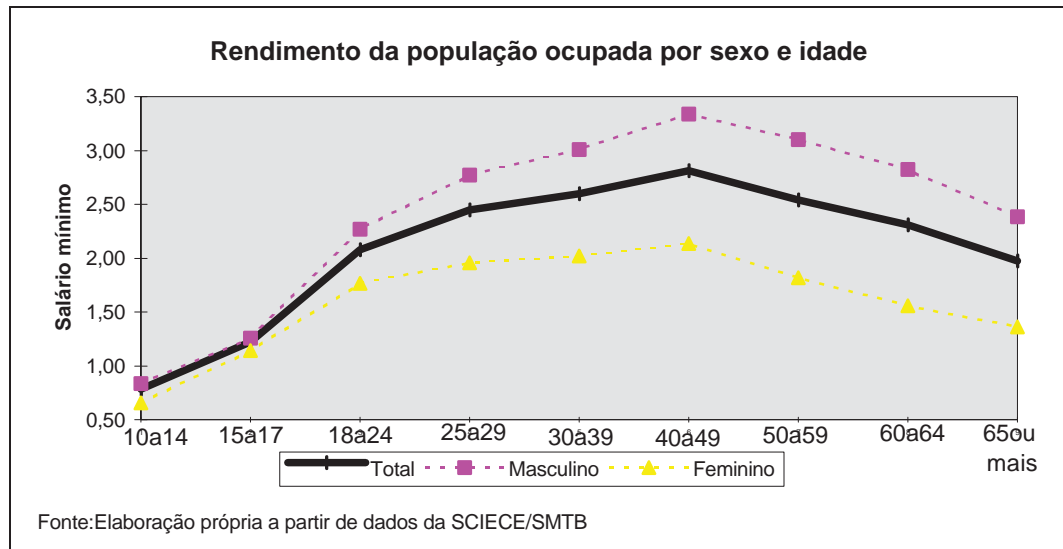
14 anos, também tanto para o total (0,78 S.M.), como para homens (0,83 S.M.) e mulheres (0,66 S.M.).

**Tabela 7**  
**Rendimento per Capita em Salários Mínimos**  
**das Pessoas Ocupadas por Faixa Etária**  
**(SM<sub>dez,98</sub>= R\$130)**

	Total	Masculino	Feminino
Total	2,44	2,79	1,92
10 a 14	0,78	0,83	0,66
15 a 17	1,22	1,26	1,14
18 a 24	2,08	2,27	1,76
25 a 29	2,45	2,77	1,95
30 a 39	2,60	3,01	2,02
40 a 49	2,81	3,34	2,13
50 a 59	2,54	3,10	1,82
60 a 64	2,31	2,83	1,56
65 ou mais	1,97	2,38	1,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

O Gráfico 6 mostra a relação entre rendimento per capita em salários mínimos e idade. O gráfico tem a forma de “U” invertido, com o rendimento crescendo até a faixa de 40 a 49 anos e, a partir daí, decrescendo com a idade. O rendimento per capita masculino é maior que o feminino para todas as faixas etárias, sendo que o diferencial aumenta com a idade.



**Gráfico 6: Rendimento per Capita em Salários Mínimos das pessoas ocupadas por faixa etária**

#### IV.1.3. Grau de Escolaridade

A Tabela 8 apresenta as taxas de desemprego, separadas por gênero, por grau de escolaridade. A incidência do desemprego total e masculino é maior entre aqueles com 5 a 8 anos de estudo (14,76% e 15,01%, respectivamente) e menor entre aqueles com mais de 11 anos de estudo (5,17% e 4,11%, respectivamente). No caso das mulheres, a maior taxa de desemprego refere-se ao grupo com 9 a 11 anos de estudo (15,75%) e a menor, ao grupo com zero anos de estudo (5,86%).

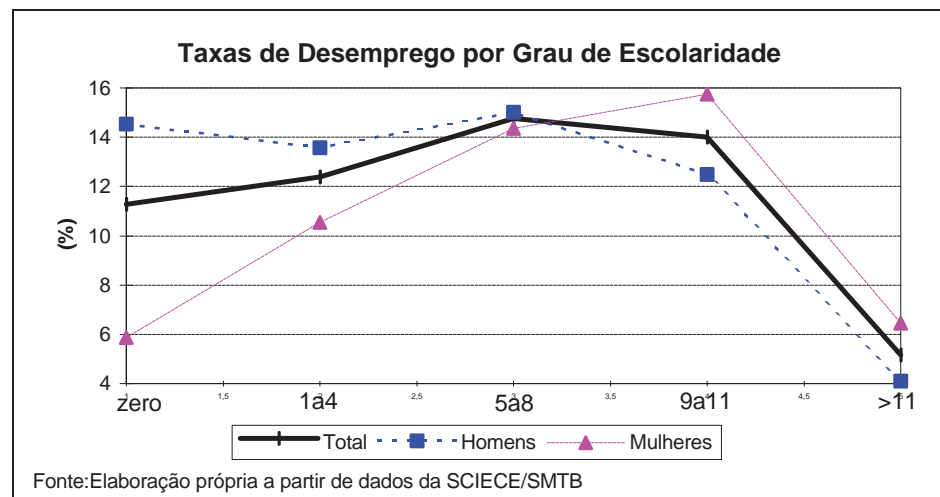
A Gráfico 8 mostra a relação entre grau de escolaridade e desemprego, separado por gênero. A taxa de desemprego total e feminina apresenta a forma de “U” invertido em relação aos anos de estudo, com a incidência do desemprego sendo maior entre os grupos de grau médio de instrução e menor entre os menos educados e os mais educados. No caso dos homens, a taxa de desemprego passa a ter relação negativa com o grau de escolaridade a partir da faixa de 5 a 8 anos de estudo.

**Tabela 8**  
**Taxa de Desemprego segundo Gênero e Grau de Escolaridade**

<i>Anos de Estudo</i>	<i>Desemprego (%)</i>		
	Total	Masculino	Feminino
Total	12,94	13,45	12,20
zero	11,27	14,54	5,86
1 a 4	12,39	13,58	10,54
5 a 8	14,76	15,01	14,37
9 a 11	14,00	12,50	15,75
>11	5,17	4,11	6,45

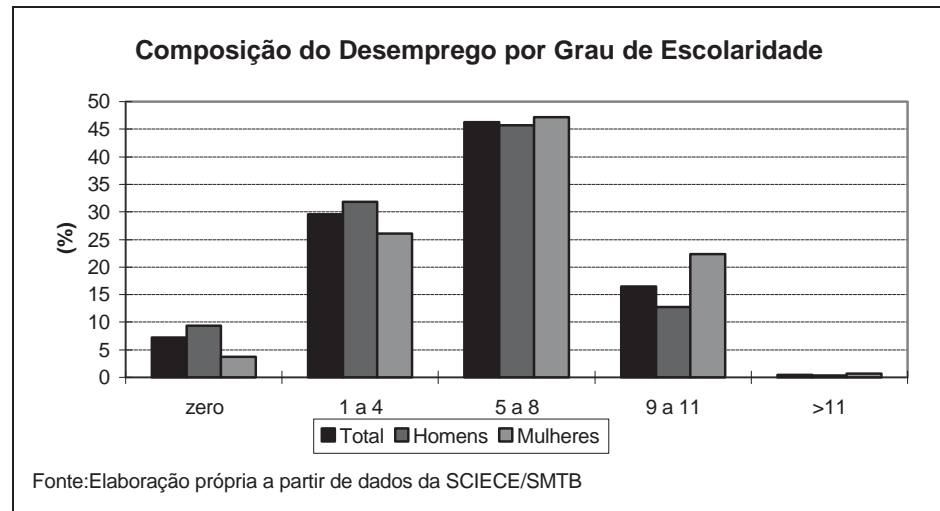
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

O Gráfico 9 apresenta a composição do desemprego por grau de escolaridade. A participação dos trabalhadores com 5 a 8 anos de estudo é a maior, tanto com relação à taxa de desemprego total, quanto a dos homens e das mulheres (46,25%, 45,67% e 47,19). Os trabalhadores com menor participação no desemprego são os com mais de 11 anos de estudo (total: 0,48%; homens: 0,34%; e mulheres:0,71%).



**Gráfico 7: Taxa de Desemprego por Gênero e Grau de Escolaridade**





**Gráfico 8: Composição do Desemprego por Grau de Escolaridade**

Na Tabela 9, temos a proporção dos trabalhadores ocupados sem carteira assinada, por gênero e grau de escolaridade.

A maior incidência de trabalhadores sem carteira, independente do sexo, ocorre entre pessoas com grau de instrução superior a 11 anos de estudo. A menor proporção da população ocupada total sem carteira ocorre entre pessoas com 9 a 11 anos de estudo (14,76%), o mesmo acontecendo para as mulheres (23,49%). No caso dos homens, são os trabalhadores com nenhuma escolaridade que apresentam menor grau de informalidade (22,36%).

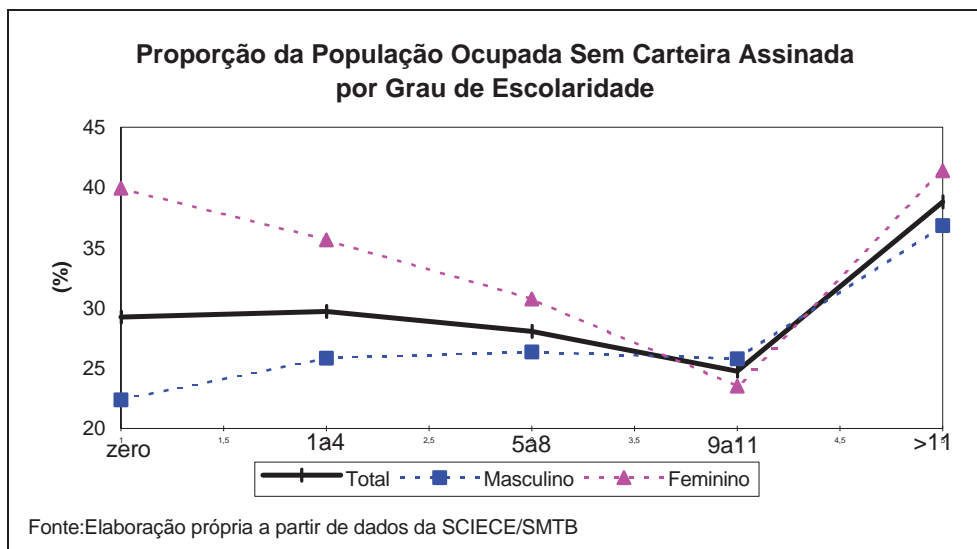
**Tabela 9**  
**Proporção da População Ocupada com Carteira e Sem Carteira Assinada (%)**

	<i>Total</i>		<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>	
	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem Carteira</i>	<i>Com Carteira</i>	<i>Sem. Carteira</i>	<i>Com Carteira.</i>	<i>Sem Carteira</i>
Total	53,42	28,35	56,14	25,86	49,43	32,02
zero	46,46	29,24	55,69	22,36	32,14	39,93
1 a 4	48,72	29,73	52,60	25,82	42,83	35,67
5 a 8	55,72	28,08	57,90	26,34	52,41	30,73
9 a 11	61,96	24,76	60,62	25,81	63,60	23,49

>11	45,90	38,80	44,02	36,84	48,41	41,40
-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

O Gráfico 9 mostra a relação entre proporção dos trabalhadores sem carteira e grau de escolaridade. A proporção da população feminina sem carteira é decrescente com o grau de escolaridade até a faixa de 9 a 11 anos de estudo. A partir daí, a proporção de mulheres sem vínculo empregatício formal cresce impressionantemente. O padrão para os homens é um pouco diferente: a relação passa a ser negativa a partir de 1 ano de estudo. A proporção de mulheres sem carteira de trabalho assinada é maior que dos homens, independente do grau de instrução, excetuando-se a faixa de 9 a 11 anos de estudo.



**Figura 9: Proporção da População Ocupada Sem Carteira Assinada por Grau de Escolaridade**

A relação entre população ocupada com carteira assinada, separada por gênero, e grau de escolaridade é observada no Gráfico 10. No caso da população total e feminina, a relação é positiva até os 11 anos de estudo. Para a faixa de mais de 11 anos de estudo, porém, a proporção de com carteira diminui sensivelmente. Tomando-se a população masculina, a

proporção de trabalhadores formalmente empregados inicialmente declina com os anos de estudo. A partir de um ano de quatro anos de estudo, a relação torna-se positiva, voltando a cair para mais de 11 anos de estudo. Até a faixa de 9 a 11 anos de estudo, a proporção de mulheres com carteira assinada é menor que de homens. Para a faixa de 11 ou mais anos de estudo, porém, a proporção de mulheres com carteira é maior que de homens.

**Erro! O objeto incorporado é inválido.**

### **Gráfico 10: Proporção da População Ocupada Com Carteira Assinada por Grau de Escolaridade**

A Tabela 10 mostra o rendimento per capita, em salários mínimos (valor de dezembro de 1998, R\$ 130,00), da população ocupada por grau de escolaridade. Os trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo são os que têm maior rendimento per capita, seja para homens (5,68 sm), mulheres (4,78 sm) ou total (5,29 sm). O menor rendimento per capita é dos menos educado, com nenhum ano de estudo (total: 2,05 sm; homens: 2,39 sm; mulheres: 1,54 sm).

<b>Tabela 10</b>			
<b>Rendimento per capita em salários mínimos das pessoas ocupadas por grau de escolaridade (sm = R\$130)</b>			
	Total	Masculino	Feminino
Total			
zero	2,05	2,39	1,54
1 a 4	2,23	2,56	1,73
5 a 8	2,39	2,73	1,88
9 a 11	2,97	3,50	2,32
>11	5,29	5,68	4,78

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

O Gráfico 11 mostra a relação a relação entre rendimento per capita em salários mínimos e grau de escolaridade. Trata-se de relação positiva. O rendimento per capita dos

homens é maior que das mulheres independente dos anos de estudo. O diferencial do rendimento entre os sexos permanece praticamente constante.

**Erro! O objeto incorporado é inválido.**

**Figura 11: Rendimento per capitada população ocupada, em salários mínimos, por grau de escolaridade**

IV.1.4. Posição na Família

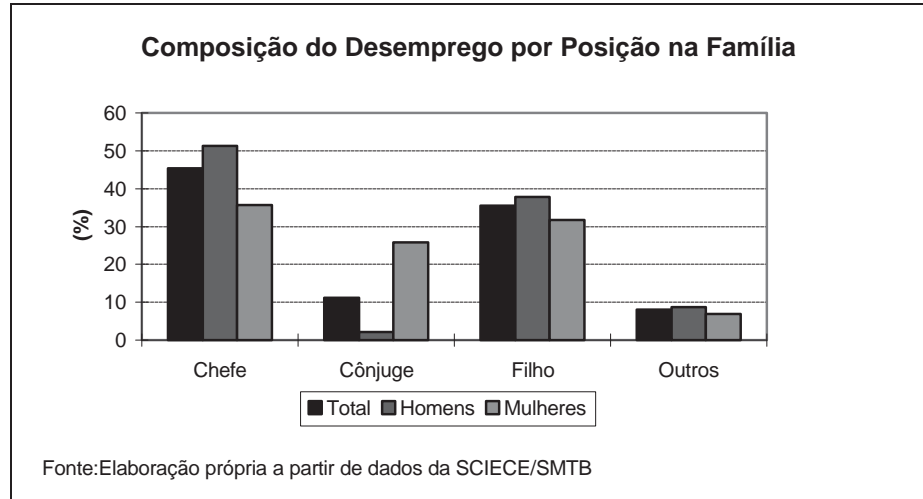
As taxas de desemprego segundo gênero e posição na família são apresentadas na Tabela 6. Os filhos, tanto homens quanto mulheres, são o grupo com maior taxa de desemprego (20,89% e 19,23%, respectivamente). A incidência do desemprego total e entre as mulheres é menor entre os cônjuges (7,87% e 7,55%, respectivamente). No caso do desemprego masculino, a menor taxa ocorre entre os chefes de família (11,02%).

Apesar de, entre os homens, a menor taxa de desemprego ser a dos chefes de família, trata-se do grupo com maior participação no desemprego masculino (51,25%), como podemos observar no Gráfico 12. Também em relação ao desemprego total e feminino, a participação dos chefes de família é maior (45,31% e 35,68%, respectivamente). O grupo com menor participação no desemprego é o “outros”, que engloba desde parentes e agregados até empregados domésticos.

**Tabela 11**  
**Taxa de Desemprego segundo Gênero e Posição na Família**

<i>Posição na Família</i>	<i>Desemprego (%)</i>		
	Total	Masculino	Feminino
Total	12,94	13,45	12,20
Chefe	11,91	11,02	14,65
Cônjuge	7,87	11,35	7,55
Filho	20,29	20,89	19,23
Outros	17,46	18,20	16,13

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.



**Gráfico 12: Composição do Desemprego por Posição na Família**

A Tabela 12 contém os dados referentes à proporção da população ocupada sem carteira de trabalho assinada, segundo posição no domicílio.

**Tabela 12**  
**Proporção da População Ocupada Com Carteira e Sem Carteira Assinada (%)**

	Total		Masculino		Feminino	
	Com Carteira	Sem Carteira	Com Carteira	Sem Carteira	Com Carteira	Sem Carteira
Total	53,42	28,36	56,14	25,86	49,42	32,03
Chefe	55,88	22,94	58,00	20,19	48,91	31,98
Cônjuge	44,87	30,84	52,97	29,18	44,16	30,99
Filho	55,19	37,07	50,65	39,97	63,24	31,92
Outros	54,09	36,42	57,58	33,51	47,72	41,74

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

Tomando-se homens e mulheres conjuntamente, são os filhos o grupo com maior proporção de sem carteira (37,07%). O mesmo acontece para o caso dos trabalhadores

homens (39,97%). Quanto as mulheres, o grupo com a maior participação no emprego informal é o “outros” (41,74%). As menores taxas de informalidade acontecem no caso dos chefes de famílias, para a população total e masculina (22,94% e 20,19%, respectivamente), e no caso dos cônjuges para a população feminina (30,99%).

**Tabela 13**  
**Rendimento per capita das pessoas ocupadas,**  
**em salários mínimos, por posição na**  
**famíliaSM per Capita**  
**(sm = R\$130)**

	Total	Masculino	Feminino
Total	2,44	2,79	1,92
Chefe	2,81	3,07	1,96
Cônjuge	2,00	2,62	1,95
Filho	2,05	2,18	1,82
Outros	2,06	2,20	1,81

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SCIENCE/SMTb.

A Tabela 13 apresenta os dados relativos ao rendimento per capita das pessoas ocupadas, em salários mínimos (valor de dezembro de 1998, R\$ 130,00), por posição na família. Os chefes são os com maior rendimento, independente do sexo. O menor rendimento per capita total é o dos cônjuges (2,00 sm). No caso das mulheres, “outros” é o grupo com menor rendimento per capita (1,81 sm), e, no caso dos homens, são os filhos (2,18sm). O rendimento per capita feminino é menor que o masculino, independente da posição ocupada na família. Além disso, o grupo de mulheres com maior renda (chefes) tem rendimento per capita menor que o grupo masculino com menor renda (filhos).

#### **IV.2. Discussão e comparação dos dados**

PICHETTI e FERNANDES, ao analisarem a taxa desemprego do Brasil metropolitano, encontraram, ao contrário de nós, taxas médias femininas (10,8%) superiores às masculinas (7,8%). A taxa de desemprego média para as comunidades de baixa renda (12,94%) está

bastante acima daquela encontrada para o Brasil metropolitano (9,1%).<sup>37</sup> e para a região metropolitana do Rio de Janeiro (8,1%). CORSEUIL *et alii* encontraram, para o Brasil metropolitano, taxa de desemprego em torno de 5%<sup>38</sup>, mais uma vez bastante inferior à taxa de desemprego média das comunidades de baixa renda aqui analisadas. Segundo dados da PME, do IBGE, a taxa de desemprego, em 1998 (média anual) para o Brasil metropolitano foi de 7,6% (total). Para a região metropolitana do Rio de Janeiro, esse número foi igual a 5,4%, sendo que a taxa de desemprego para os homens foi de 4,7% e, para as mulheres, 6,4%.<sup>39</sup> Novamente, a taxa de desemprego dos homens é menor que das mulheres, resultado oposto ao que encontramos aqui. A diferença entre a taxa de desemprego média de homens e mulheres é de pouco mais de um ponto percentual, bastante menor que as diferenças encontradas nos números de PICCETTI & FERNANDES e da PME, para a média de 1998. Na verdade, como veremos no próximo capítulo, parecem não haver diferenças significativas nas probabilidades de desemprego de homens e mulheres nas favelas cariocas. Habitualmente, espera-se que a taxa de desemprego masculina seja menor que a feminina pois menos freqüentemente é a mulher o responsável pelo sustento da família, podendo “dar-se o luxo” de passar mais tempo procurando emprego. No caso das comunidades de baixa renda, porém, por estarmos tratando de comunidades mais pobres que a média, é de se esperar que ninguém, nem homens nem mulheres, possam passar muito tempo desempregados, procurando o emprego “ideal”. Explica-se assim a diferença entre os resultados por nós encontrados daqueles encontrados para as regiões metropolitanas.

---

<sup>37</sup> Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio), do IBGE, para o ano 1995, último ano em que a pesquisa foi realizada. Os dados da Pesquisa Sócio Econômicas das Comunidades de Baixa Renda seguem a mesma metodologia da Pesquisa Metropolitana de Emprego, do IBGE, que, normalmente, apresenta taxas de desemprego mais baixas do que aquelas apresentadas pela PNAD.

<sup>38</sup> Dados da PME para o ano de 1995 (média anual).

Além de ser o desemprego um problema, aparentemente, bastante mais grave nas favelas do Rio de Janeiro do que nas regiões metropolitanas, outro dado justifica a desconfiança de que o mercado de trabalho seja importante fonte de pobreza nessas comunidades: a maioria dos desempregados (20,42%) vêm de domicílios sem nenhum rendimento. Ou seja, o desemprego se concentra nas famílias mais pobres.

Para o Brasil metropolitano<sup>40</sup>, a proporção da população ocupada com carteira, segundo URANI, é igual a 48,26% - mais baixa que os números aqui encontrados. Ainda segundo URANI, entre 1991 e 1995, a participação dos trabalhadores com carteira assinada na ocupação total teria diminuído 5 pontos percentuais no conjunto do Brasil metropolitano (dados da PME). Considerando que a taxa de desemprego praticamente não aumentou nesse período, a principal contrapartida desse fenômeno teria sido o inchaço dos segmentos informais do mercado de trabalho. Em outras palavras, o que estaríamos assistindo nos anos 90 seria um aumento da importância do segmento informal como “colchão”, absorvendo a grande maioria do contingente de mão de obra que tem sido expulso do mercado formal. Ainda segundo os dados da PME, no ano de 1998 (média anual), a participação dos empregados sem carteira de trabalho assinada na ocupação total foi de 18,3% para o Brasil metropolitano e de 16,2% para a região metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

É interessante notar, porém, o caso de Canal das Tachas. Trata-se, por um lado, da favela com maior proporção de trabalhadores sem carteira, total e masculino. Por outro lado, trata-se também da comunidade com maior renda per capita da população ocupada total e masculina. Outro exemplo interessante é o de Del Castilho que apresenta uma das maiores proporções de trabalhadores empregados com carteira assinada mas, também, o

---

<sup>39</sup> Ver SMTb, 1998.

<sup>40</sup> Dados da PME, média anual de 1995.



menor rendimento per capita da população ocupada masculina. Este resultado sugere que, talvez, o emprego informal não seja sempre de pior qualidade, em termos salariais, do que o emprego formal.

Para as comunidades de baixa renda, observamos que a taxa de desemprego é crescente em relação a idade até a faixa etária de 18 a 24 anos, decrescendo a partir daí. CORSEUIL *et alli* encontraram, para o conjunto das regiões metropolitanas, uma relação negativa entre a taxa de desemprego e a idade do trabalhador, a partir dos 15 anos de idade. Trata-se do mesmo resultado obtido por BARROS *et alli*, que associam o comportamento decrescente do desemprego em relação à idade do trabalhador a uma das três possibilidades: uma queda com a idade na probabilidade de entrada no desemprego; ou um crescimento com a idade na probabilidade de saída do desemprego; ou ambos.

Quanto à composição, CORSEUIL *et alli* mostram que a maior participação no desemprego é dos trabalhadores de 18 a 24 anos, o mesmo resultado aqui encontrado. A faixa etária com menor participação no desemprego é novamente a mesma encontrada no presente trabalho (65 ou mais).

Quanto à informalidade do mercado de trabalho, verificamos que a maior incidência de trabalhadores empregados sem carteira assinada ocorre na faixa etária de 10 a 14 anos de idade. A proporção de trabalhadores sem carteira, nessa faixa, chega a aparentemente extraordinária proporção de 78,35%. Porém, a altíssima incidência de trabalhadores informais nessa faixa etária já era esperada, uma vez que a legislação brasileira é bastante restritiva no que tange o trabalho infantil. Trata-se também da faixa etária com menor rendimento per capita das pessoas ocupadas, evidência de empregos de qualidade baixa e, provavelmente, subcontratação.

---

<sup>41</sup> Ver SMTb, *op cite*.

A relação entre taxa de desemprego e grau de escolaridade observada no Gráfico 6 segue o mesmo padrão (“U” invertido) daquele encontrado por CORSEUIL *et alli* PICCHETTI e FERNANDES e BARROS *et alli* para o caso do Brasil metropolitano. Em termos de composição do desemprego, os padrões encontrados aqui são também análogos aos encontrados para as regiões metropolitanas, com a maior participação sendo a dos trabalhadores com 5 a 8 anos de estudo.

URANI, analisando o período de 1981 e 1990 através de dados da PNAD, observa que a taxa de desemprego aberto foi sistematicamente maior para trabalhadores com nível de qualificação intermediária - em particular para aqueles com 5 a 8 anos de estudo. Seus resultados estão novamente de acordo com os aqui encontrados no que se refere às taxas de desemprego dos trabalhadores nas extremidades do grau de instrução - os mais educados e os menos educados - que apresentam taxas consideravelmente inferiores. URANI observa ainda que o mesmo padrão visto para a década de 80, se reproduz ao longo dos anos 90.<sup>42</sup> O autor demonstra que, apesar do desemprego não ter atingido proporções dramáticas, tendeu a ser mais grave para trabalhadores com cinco a 11 anos de estudo, não só porque eles tinham maiores probabilidades de ficar desempregados, mas também porque essas probabilidades se mostravam menos sensíveis ao ciclo econômico do que no caso dos demais trabalhadores. Ademais, nessa faixa é que teria se dado o grosso das entradas na força de trabalho ao longo do período estudado.

A relação encontrada entre rendimento proveniente do trabalho e grau de instrução é positiva. Trata-se de evidência que reforça a idéia de que trabalhadores mais educados têm maior probabilidade de encontrar empregos de maior qualidade, ao menos em termos salariais.

Diferentemente do que observamos aqui, CORSEUIL *et alli*, assim como PICCHETTI e FERNANDES, encontraram taxas de desemprego maiores para cônjuges que para chefes. Na verdade, trata-se do resultado que faz mais sentido intuitivamente, uma vez que é razoável supor que os cônjuges, não sendo os principais responsáveis pelo sustento da família, possam passar mais tempo procurando um novo emprego. O fato de termos encontrado taxas de desemprego feminino maior para chefes que para cônjuges talvez possa ser explicado pela antropologia da favela. As favelas são comunidades onde impera o machismo. É possível que muitas mulheres, mesmo sendo o principal sustentáculo financeiro do domicílio, ainda assim vejam o homem da casa como o chefe da família.

Os filhos foram o grupo que apresentou maiores taxas de desemprego naqueles trabalhos, assim como maior participação no desemprego. Os chefes de família apresentaram maior participação que os cônjuges, apesar de terem uma taxa de desemprego menor. Trata-se de resultados iguais aos encontrados para o caso das comunidades de baixa renda.

BARROS *et alii* encontraram taxa de desemprego extremamente elevada para filhos e taxas muito semelhantes para chefes e cônjuges. Os autores observam, porém, que apesar das taxas semelhantes, existem importantes diferenças nas probabilidades de entrada e saída do desemprego para estas categorias. Os chefes apresentam probabilidade de entrada e saída significativamente maiores que as mulheres, o que implica maior taxa de rotatividade.

Ressaltamos, ainda, a notável diferença no rendimento per capita das mulheres e dos homens ocupados. O rendimento per capita masculino é invariavelmente maior que o feminino, qualquer que seja a variável individualmente controlada. Trata-se de evidência que sugere existir discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho estudado. Para

---

<sup>42</sup> Urani utiliza, para o período de 1990 a 1995, dados da PME.

afirmativa mais conclusiva a se respeito, seria interessante investigar o comportamento do rendimento proveniente do trabalho, controlando por todas as variáveis ao mesmo tempo.

## V. PROBABILIDADE DE DESEMPREGO

Neste capítulo, investigamos a probabilidade de um indivíduo, com determinadas características, estar desempregado em um determinado instante no tempo. O procedimento aqui utilizado foi o de estimar um modelo *logit* para a probabilidade dos indivíduos de 10 anos ou mais de idade se encontrarem desempregados.

Na seção IV.1, apresentamos as características básicas do modelo *logit*, explicitando as razões que nos levaram a escolher esse tipo de modelo. Na segunda seção (IV.2), descrevemos as variáveis a serem utilizadas na regressão e, finalmente, na última seção (IV.3), apresentamos os resultados obtidos.

### V.1. O modelo *logit*

O modelo *logit* foi o escolhido para a estimação porque o que pretendemos explicar - o fato do indivíduo estar ou não desempregado - é uma variável qualitativa por natureza, precisando ser representada por uma variável *dummy*. Se a variável dependente assume valores iguais a zero ou 1 e é regredida em variáveis explicativas, espera-se que os valores estimados da variável dependente, em sua maioria, pertençam ao intervalo de 0 a 1. Isso sugere que o valor estimado da variável dependente pode ser interpretado como a probabilidade de que um evento vá ocorrer, dado certas características, i.e., os valores das

variáveis independentes (por exemplo, a probabilidade de determinado indivíduo estar desempregado, dado as características do indivíduo).<sup>43</sup>

Na verdade, existem outras opções de modelo para estimação de equações cuja variável dependente é uma *dummy*. Dois exemplos são o modelo de probabilidade linear e o modelo *probit*.<sup>44</sup>

O modelo de probabilidade linear não foi escolhido para ser utilizado aqui por que seus resultados são muitas vezes previstos com grande certeza quando é bastante possível que eles não ocorram.<sup>45</sup>

Quanto ao modelo *probit*, trata-se de um modelo bastante similar ao *logit*. A diferença é que o *probit* utiliza uma função cumulativa normal e o *logit*, uma função logística. Escolhemos o modelo *logit*, em detrimento do *probit*, porque a variável dependente aqui utilizada representa o número de sucessos (estar desempregado) em  $n$  ensaios, que, sabidamente possui distribuição de probabilidade Binomial( $n,p$ ). No caso de uma variável aleatória com distribuição binomial, recomenda-se o uso do modelo de regressão logística.<sup>46</sup>

A novidade dos modelo *probit* e *logit*, em relação a modelos de regressão tradicionais, é que o ingrediente estocástico não é mais representado por um termo de erro. Isso porque o elemento estocástico nesses modelos é inerente à própria modelagem. A equação *logit*, por exemplo, provê a expressão para a probabilidade de um evento ocorrer. Para cada observação, a ocorrência ou não do evento é dada a partir de um mecanismo de chances (“*chance mechanism*”) determinado por essa probabilidade, e não a partir de um conjunto

---

<sup>43</sup> Ver KENNEDY, 1998.

<sup>44</sup> Ver JOHNSTON & DINARDO, 1997.

<sup>45</sup> Ver KENNEDY, *op cite*.

<sup>46</sup> Ver MELO & RODRIGUES, 1998.

de termos de erro. A função *logit* nos dá a probabilidade de um evento ocorrer e um menos essa função nos dá a probabilidade de um evento não ocorrer.<sup>47</sup>

Para variáveis dependentes qualitativas, a probabilidade de se obter o valor da variável dependente é escrito como uma função *logit* (ou *probit*) dessas variáveis explicativas, sem um termo de erro. Para o *logit*:

$$\text{prob}(y = 1) = \text{logit}(X\beta) = e^{x\beta} / (1 + e^{x\beta})$$

É importante ressaltar que os coeficientes estimados em um modelo *logit* não estimam a variação na probabilidade da variável dependente assumir o valor 1 ( $y = 1$ ) dado uma variação de uma unidade na variável explicativa relevante.<sup>48</sup> A variação na probabilidade é dada pela derivada parcial da expressão  $\text{prob}(y = 1)$  em relação ao coeficiente  $\beta$ , que é dada pela expressão:

$$[\text{prob}(y = 1)][1 - \text{prob}(y = 1)]\beta = p(1-p) \quad \text{onde } p = e^{x\beta} / (1 + e^{x\beta})$$

Normalmente, o valor dessa expressão é calculado utilizando-se o valor médio das variáveis explicativas.<sup>49</sup>

## V.2. As variáveis

A variável dependente (DESEMP) utilizada é uma variável *dummy*, que é igual a 1 se o indivíduo está desempregado e igual a zero, caso contrário. O conjunto de regressores utilizados foi:

MULHER = variável *dummy*, que é igual a 1 se o indivíduo for mulher;

---

<sup>47</sup> Ver KENNEDY, *op cite*.

<sup>48</sup> Ver JUDGE, 1985.

<sup>49</sup> Ver KENNEDY, *op cite*.

IDADE = idade do indivíduo;

IDADE2 = quadrado da idade;

INSTRUC = grau de instrução do indivíduo, medido pelo número de anos de estudo;

INSTRUC2 = quadrado do grau de instrução;

CHEFE = variável *dummy* que é igual a 1 se a posição na família ocupada pelo indivíduo for chefe de família;

CONJ = variável *dummy*, que é igual a 1 se o a posição na família ocupada pelo indivíduo for cônjuge;

FILHO = variável *dummy* igual a 1, se a posição na família ocupada pelo indivíduo for filho;

OUTROS = variável *dummy*, que é igual a 1 se a posição na família ocupada pelo indivíduo não for nem de chefe, nem de cônjuge, nem de filho;

SUB = variável *dummy*, que é igual a 1 se a favela onde mora o trabalhador se localizar na área suburbana (Grotão, Serrinha, Parque Royal, Caminho do Job, Morro da Fé, Del Castilho, Morro União, Três Pontes, Fernão Cardim, Morro do Sossego, Buriti - Congonhas, Parque Boa Esperança, Nova Aliança, Morro do Urubu);

CENTRO = variável *dummy*, que é igual a 1 se a favela onde mora o trabalhador se localizar na área central da cidade (Ladeira dos Funcionários, Vila Cândido, Telégrafos, Parque Candelária, Tuiuti);

ZN = variável *dummy*, que é igual a 1 se a favela onde mora o trabalhador se localizar na área Zona Norte (Escondidinho, Mata Machado, Morro dos Prazeres, Andaraí, Salgueiro, Morro da Formiga, Borel);



ZS = variável *dummy*, que é igual a 1 se a favela onde mora o trabalhador se localizar na área Zona Sul (Vidigal);

ZO = variável *dummy*, que é igual a 1 se a favela onde mora o trabalhador se localizar na área Zona Oeste (Canal das Tachas, Floresta da Barra da Tijuca, Mato Alto).

Para estimação do modelo, foi utilizada a amostra completa de todos os indivíduos residentes nas 31 favelas estudadas e que fazem parte da população economicamente ativa. A amostra contém 19 816 indivíduos.

### V.3. Resultados

A Tabela 7 apresenta os sinais dos coeficientes estimados. Os resultados completos da estimação são apresentados no Apêndice II.

O único coeficiente, considerando-se o nível de significância de 5%, que se mostrou estatisticamente insignificante foi MULHERES. Trata-se de evidência que sugere não haver diferenças significativas entre as probabilidades de desemprego de homens e mulheres.

A variável IDADE apresentou sinal positivo, enquanto a variável IDADE2 apresentou sinal negativo, sugerindo que a probabilidade de desemprego é inicialmente crescente com a idade, atinge um máximo e, depois, começa a cair. O resultado aqui encontrado está de acordo com aquele da Seção I.1 (Análise Descritiva), onde vimos que a relação entre idade e desemprego apresenta padrão de “U” invertido, com ponto de máximo na faixa etária de 18 a 24 anos de idade.

**Tabela 7: Sinal dos  
Coeficientes  
Estimados**

<i>Variável</i>	<i>Sinal</i>
-----------------	--------------

MULHER	NS
IDADE	+
IDADE2	-
INSTRUC	+
INSTRUC2	-
CHEFE	-
CONJ	-
FILHO	-
OUTROS	-
CENTRO	+
ZN	-
ZS	-
ZO	-

---

O resultado encontrado para grau de instrução é análogo ao encontrado para idade do indivíduo, i.e., o sinal do coeficiente INSTRUC é positivo, enquanto que para INSTRUC2 é negativo, indicando que a relação entre a probabilidade de um indivíduo estar desempregado e o número de anos de estudo apresenta o padrão de “U” invertido. Novamente, o resultado está de acordo com o encontrado na seção I.1, onde o ponto de máximo se encontra na faixa de 5 a 8 anos de estudo.

Quanto à região, a única variável que apresenta sinal positivo é CENTRO, indicando que o fato do indivíduo morar em uma favela localizada na região central da cidade tem impacto positivo, com relação aos moradores da área suburbana (categoria excluída) sobre sua probabilidade de estar desempregado. O fato do trabalhador morar em uma favela localizada na Zona Oeste (ZO), Zona Sul (ZS) e Zona Norte (ZN), ao invés de na área suburbana, tem impacto negativo sob a probabilidade de estar desempregado.

A Tabela 8 apresenta o valor dos coeficientes estimados. Os valores em parênteses, embaixo do valor de cada coeficiente estimado, são os valores da estatística t.

Quanto à posição ocupada na família, a probabilidade de estar desempregado é menor para cônjuges, seguido pelos chefes de família. Os filhos são os com maior probabilidade de estarem desempregados. A probabilidade estimada de um chefe de família, considerando todas as outras características iguais à média amostral, foi de 10.9%. Para os cônjuges, essa probabilidade é de 7,1% e, para os filhos, 16,0%.

Quanto ao nível de instrução, um trabalhador com nenhum ano de estudo e todas as demais características iguais à média amostral, apresentou probabilidade estimada de desemprego de 8,6%. Para um trabalhador com 11 anos de estudo, a probabilidade estimada de desemprego foi de 11,3%, e para um de nível educacional médio (7 anos de estudo), de 12,77%. Esses resultados indicam, novamente, que as chances de desemprego inicialmente crescem com os anos de estudo e atingem o máximo, a partir do qual começam a cair. A variação na probabilidade do estar desempregado, dado a variação de 1 ano de estudo do trabalhador é de 1,27%. Este número é igual 1,02% para a variação em 1 ano de vida do trabalhador.

Como foi observado anteriormente, a única região que apresenta sinal positivo é CENTRO, sugerindo que um morador da área suburbana tem menores probabilidades de estar desempregado do que um morador da área central. Os trabalhadores que moram na.

<b>Tabela 8:</b>	
<b>Coeficientes Estimados</b>	
<i>Variáveis</i>	<i>Coeficientes Estimados</i> <i>(estatística t)</i>
MULHER	0.0617121 (NS) (1,2510)
IDADE	0.100667 (10,7054)

IDADE2	-0.001660 (-11,9491)
INSTRUC	0.124827 (4,7438)
INSTRU2	-0.008919 (-5,3066)
CHEFE	-3.559794 (-21,8923)
CONJ	-4.034810 (-22,6004)
FILHO	-3.117855 (-21,7501)
OUTROS	-3.168065 (-19,1411)
CENTRO	0.126650 (2,1671)
ZN	-0.280736 (-4,9117)
ZS	-0.204752 (-1,9055)
ZO	-0.396280 (-4,8301)

---

Zona Oeste são os com menor probabilidade de desemprego. Um morador de uma favela localizada no centro, apresentou probabilidade estimada de desemprego de 13,96%, considerando-se que suas outras características sejam iguais à média amostral. A probabilidade estimada de desemprego para um morador, com as mesmas características, residente em favela na Zona Norte é de 9,75%, em favela na Zona Sul, de 10,43%, na Zona Oeste, de 8,78% e, na área suburbana, de 12,51%. Uma possível explicação para menor probabilidade de desemprego dos moradores das favelas da Zona Oeste é os trabalhadores dessas comunidades estarem dispostos a trabalhar por um salário menor do que aqueles da zona central da cidade e, portanto, passarem menos tempo procurando emprego

A variação na probabilidade do estar desemprego, dado a variação de 1 ano de vida do trabalhador é igual a 0,0102. Ou seja, ao fazer aniversário, o trabalhador aumenta em 1,02% sua probabilidade de estar desempregado. Este número é igual 0,0127 (1,27%) para a variação em 1 ano de estudo.

## VI. CONCLUSÃO

1. A taxa média de desemprego das comunidades é maior entre os homens, embora não haja diferenças significativas nas probabilidades de desemprego entre os dois sexo. Já para o caso do Brasil metropolitano e para a região metropolitana do Rio de Janeiro, o desemprego é maior entre as mulheres.

2. As taxas de desemprego encontradas para as comunidades de baixa renda são significativamente mais altas que aquelas para as seis principais regiões metropolitanas do País, como um todo, e para a região metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente . O desemprego é, portanto, questão aparentemente muito mais grave nas favelas do Rio do que no Brasil metropolitano.

3. A maior parte do desempregados vêm de domicílios sem nenhum rendimento, ou seja, o desemprego se concentra entre os mais pobres.

4. A participação dos trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada é menor nas favelas a cariocas do que nas seis principais regiões metropolitanas do país. Ou seja, a proporção de trabalhadores informais é maior para o caso de moradores de comunidades de baixa renda, o que pode ser considerado um problema uma vez que habitualmente associa-se emprego informal a emprego de menor qualidade. Encontramos evidências, porém, de que o emprego informal pode não ser sempre de qualidade inferior, ao menos em termos salariais, do que o emprego formal.

5. A taxa de desemprego, nas favelas estudadas, cresce com a idade até a faixa etária de 18 a 24 anos, decrescendo a partir daí. A variação na probabilidade de estar desempregado, dada a variação de um ano de vida do trabalhador, é de 1,02%. Quanto à composição, a maior participação no desemprego é de trabalhadores de 18 a 24 anos de idade. Ou seja, os trabalhadores nesta faixa etária apresentam não só a maior taxa de desemprego, como também, a maior participação no estoque de desemprego. O fato de a magnitude do desemprego ser maior entre os mais jovens deve contribuir pouco para a pobreza nas comunidades de baixa renda, de vez que esta categoria tende a ter participação relativamente pequena para o orçamento familiar.

6. A maior incidência de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada ocorre na faixa etária de 10 a 14 anos de idade.

7. A relação entre desemprego e anos de estudo apresenta o padrão de “U” invertido, ou seja, o desemprego é maior entre os medianamente educados e é menor entre os trabalhadores acima ou abaixo da média. A variação na probabilidade do trabalhador estar desempregado, dado o aumento de um ano de estudo, é de 1,27%. O fato de a taxa de desemprego ser elevada entre os trabalhadores com grau de instrução média (5 a 8 anos de estudo) mas não entre os com nenhuma instrução deve ter impacto limitado sobre a pobreza.

8. A relação entre rendimento proveniente do trabalho e anos de estudo do trabalhador é positiva, sugerindo que trabalhadores mais educados têm maiores chances de encontrar empregos de maior qualidade. Sugere também que uma importante fonte de pobreza nas favelas seja o baixo nível educacional de seus moradores.

9. O desemprego é maior entre os chefes de família que entre os cônjuges, o que certamente têm impacto positivo sobre o nível de pobreza, de vez que a magnitude do desemprego é relativamente grande na categoria que tende a ter a maior participação no orçamento familiar.

10. O rendimento “per capita” dos homens ocupados é sistematicamente maior que das mulheres ocupadas, qualquer que seja a variável controlada. Há, portanto, evidência que sugere existir discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho estudado.

11. Os moradores de favelas da Zona Oeste são os que apresentam menores probabilidades de estarem desempregados, seguindo-se dos moradores da Zona Norte, Zona Sul e áreas suburbanas. A maior probabilidade de desemprego ocorre entre os moradores de favelas localizadas na área central da cidade. As probabilidades estimadas de desemprego de um trabalhador cujas demais características são iguais à média amostral foi de 13,96%, para moradores das favelas no centro, 9,75%, para Zona Norte, 10,43 %, para Zona Sul, 10,43%, para Zona Oeste e 12,51%, para a área suburbana.



**BIBLIOGRAFIA**

ABEL, Andrew B. & BERNANKE, Bem S. **Macroeconomics**. New York: Addison - Wesley Publishing Co., 1994.

AMADEO, Edward & ESTEVÃO, Marcello. **A Teoria Econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_ & PERO, Valéria. **Adjustment, stabilization and the structure of employment in Brazil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, março 1996 (Texto para Discussão, no. 353).

\_\_\_\_\_ & SOARES, Rodrigo Reis. **Quebra Estrutural da relação entre produção e emprego na indústria brasileira**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 1996. (Texto para Discussão, 356.)

BARROS, Ricardo Paes de, CAMARGO, José Márcio & MENDONÇA, Rosana. **A Estrutura do Desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, n. 478).

\_\_\_\_\_ **Quem são os Desempregados do Brasil?** Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (mimeo).

BIVAR, W. S. B. **Aspectos da Estrutura do Desemprego no Brasil: composição por sexo e duração**. Rio de Janeiro: BNDES, 1993. 17º prêmio BNDES de Economia, Rio de Janeiro. Tese (M) PUC-Rio.

CAMARGO, José Márcio. Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro. In Camargo (org.). **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CAVALLIERI, Paulo Fernando. Favelas Cariocas. In Ferreira (org.). **Quatro Estudos**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1985.

CORSEUIL, Carlos Henrique, REIS, Carla & URANI, André. **Determinantes da Evolução da Estrutura do Desemprego no Brasil: 1986-1995**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Série Seminários Estudos do Trabalho n. 23/96).

GONZAGA, Gustavo. **Incerteza Inflacionária e Emprego Formal**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1995. (Economia, Capital & Trabalho, 2:4).

IPPUR. **Avaliação do programa Favela-Bairro - Relatório Final**. Rio de Janeiro, 1996.

LAGO, Luciana Côrrea do. **Desigualdade sócio-espacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80**. Caxambu: Anais do XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1997.

LAYARD, R., NICKELL, S. & JACKMAN, R. **Unemployment**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MELO, Doriam L. B. & RODRIGUES, Simone. **Determinantes do Desemprego e Horas Trabalhadas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em 1997**. Rio de Janeiro: ENCE, dezembro 1998 (Projeto no. 02).

MONTAGNER, Paula & BRANDÃO, Marcia C. **Desemprego na Grande São Paulo: Taxas e Perfil dos Desempregados**. São Paulo: UNICAMP, 1995 (mimeo).

MURPHY, Kevin M. & TOPEL, Robert H. **The Evolution of Unemployment in the U.S.: 1968 - 1985**.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PICCHETTI, Paulo & FERNANDES, Reynaldo. **Uma Análise da Estrutura do Desemprego e da Inatividade no Brasil Metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Série Seminários Estudos do Trabalho n. 17/97).

RAMOS, Lauro & REIS, José Guilherme A. Emprego no Brasil: os anos 90. In Velloso (org.). **Brasil: Desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SECRETARIA ESPECIAL DO TRABALHO **Pesquisa Sócio Econômica das Comunidades de Baixa Renda: Resultado da Pesquisa de Domicílios**.

SUMMERS, Lawrence H. **Why is unemployment rate so very high near full employment?** Brookings Papers on Economic Activity, v. 2, pp. 339 - 395, 1986.

URANI, André (1996). Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981 - 95. In: **Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Schwarcz, 1994.

**ANEXO I**

**ANEXO II**